

# Advogado consegue adiar depoimento de Aciolli

23 AGO 2011

■ O interrogatório do deputado estadual Roberto Aciolli (PV), no processo criminal que ele responde pelo assassinato do engraxate Paulo César Heider, foi adiado ontem pelo desembargador Marco Antônio de Moraes Leite, do Tribunal de Justiça do Paraná. O desembargador atendeu o argumento do advogado Cláudio Dalledone Júnior, que defende o parlamentar. Dalledone diz que o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) tem sido pela prática de ouvir o acusado depois da produção de provas.

Aciolli só será ouvido depois que as testemunhas de acusação e defesa forem ouvidas. "Existe uma norma no Supremo que prevalece a garantia do acusado de ser ouvido depois da produção das provas", explicou o advogado. Com o adiamento, o desembargador já determinou diligências — uma delas será encontrar a arma usada por Aciolli.

A arma foi entregue pelo deputado estadual à polícia dois dias depois do assassinato, em dezembro de 1999. Aciolli confessou ter matado Heider depois de descobrir que o jovem, com diversas passagens pela polícia, teria participado do roubo de uma loja de celulares — que pertencia à mulher de Aciolli. Em depoimento à polícia, ele alegou que o tiro que matou Heider foi acidental.

O Ministério Público Estadual

denunciou Aciolli em 2008 por homicídio qualificado por motivo torpe (banal). Se condenado, ele pode perder o mandato de deputado e ficar preso de 12 a 30 anos.

Na denúncia, o MP afirma que Aciolli passou a investigar o assalto por conta própria e teria descoberto que Heider, acompanhado de uma outra pessoa, praticou o roubo. Na madrugada do dia 1.º de dezembro de 1999, cita a denúncia, Aciolli teria sido informado que Heider estaria em um táxi no centro de Curitiba. Ao encontrar o rapaz, Aciolli, que na época tinha porte de arma, teria apontado o revólver para Heider, que foi morto com um tiro na nuca.



Deputado Aciolli responde por homicídio por motivo banal.

# Vereadora pede apuração sobre jornal 23 AGO 2011 “fantasma”

Professora Josete  
questiona periódico  
que custou  
R\$ 14 milhões mas  
que ninguém encontra  
versão impressa

Chico Marés

A vereadora Professora Josete (PT) vai protocolar hoje uma nova representação contra o presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB). Desta vez a denúncia é motivada pelo suposto jornal “fantasma” *Câmara em Ação*, com notícias sobre o Legislativo curitibano.

Josete deve pedir também a convocação de mais duas testemunhas para serem ouvidas pelo Conselho de Ética: a mulher de Derosso e proprietária da empresa Oficina de Notícias, Cláudia Queiroz Guedes, e sua irmã, Renata Queiroz Gonçalves do Santos, que foi nomeada para um cargo comissionado na Câmara por três meses, no início desse ano — o que contraria determinação do Supremo Tribunal Federal.

## Sem cópias impressas

Segundo dados do portal de Controle Social, do Tribunal de Contas do Paraná (TC), a Câmara gastou R\$ 14 milhões com a impressão de 50 edições do jornal

*Câmara em Ação*. Entretanto, não foram encontradas até hoje cópias impressas do jornal — apenas arquivos em PDF, nos quais não consta a gráfica na qual o informativo teria sido impresso.

Nos registros do TC, a tiragem do jornal variou entre 156 mil e 243 mil cópias, excetuando cinco edições nas quais a tiragem não foi informada e uma de apenas 54 mil. O número de exemplares supostamente impressos chegou a ser maior que a tiragem diária de todos os jornais de Curitiba. A verba foi gerida pela empresa Visão Publicidade.

De acordo com Josete, o primeiro objetivo das investigações é descobrir se o jornal chegou a ser, de fato, impresso. “Nós queremos saber efetivamente onde esse jornal foi publicado. Fizemos buscas em bibliotecas, mas não encontramos exemplares. Acho estranho que isso aconteça com um jornal com a tiragem declarada de 200 mil cópias”, diz Josete. A vereadora afirma, também, que pode sugerir a convocação do proprietário da agência responsável, o publicitário Adalberto Gelbecke Júnior.

Segundo o presidente do Conselho de Ética, Francisco Garcez (PSDB), a denúncia deve ser recebida antes do depoimento secreto de Derosso, a ser realizado hoje. Como se trata de uma representação de uma parlamentar, o processo deve ser analisado por uma subcomissão formada por três conselheiros. Os nomes ainda não foram escolhidos.

Quanto à convocação das duas irmãs para depor, Garcez diz que ainda vai consultar os outros integrantes do Conselho de Ética. “Quero saber se eles têm dúvidas. Meu trabalho é conduzir o processo”, comenta. “Se um vereador do conselho disser ‘quero ouvir’, vou convocá-las”. O vereador adiantou, também, que deve chamar membros da diretoria de licitação da Câmara para depor. Josete não é membro titular do Conselho.

## Denúncias

A denúncia de Josete é a quarta oficialmente feita contra Derosso no Conselho de Ética. O presidente da Casa já havia sido denunciado por contratar a empresa da mulher para serviços de publicidade; de empregar por três meses sua cunhada; e de nomear irregularmente funcionários da Assembleia para cargos comissionados na Câmara. Os dois primeiros casos já estão tramitando no Conselho, enquanto o terceiro aguarda encaminhamento do corregedor da Câmara, Roberto Hinça (PDT).

**CONTINUA**

23 AGO 2011  
GAZETA DO POVO  
CONTINUAÇÃO



**“Nós queremos saber efetivamente onde esse jornal foi publicado. Fizemos buscas em bibliotecas, mas não encontramos exemplares. Acho estranho que isso aconteça com um jornal com a tiragem de 200 mil cópias.”**

**Professora Josete (PT), vereadora de Curitiba.**

APORTAS FECHADAS

23 AGO 2011

## Em sessão secreta, Conselho de Ética ouve hoje o tucano

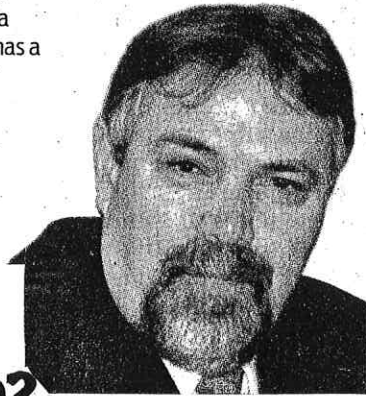
O Conselho de Ética da Câmara de Curitiba realiza hoje nova sessão para ouvir o depoimento do presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB). Ao contrário da última, na quinta-feira, essa sessão será fechada para o público externo e terá a presença exclusiva dos vereadores titulares do Conselho e de funcionários da taquigrafia da Casa. A reunião, que seria às 14h30, foi adiada para as 17h30, para não haver coincidência com o horário da sessão plenária.

A sessão acontece cinco dias após o primeiro depoimento, realizado no plenário, com presença de 30 vereadores e da imprensa. Na primeira sessão, Derosso se recusou a responder a qualquer questionamento referente a sua mulher, Cláudia Queiroz Guedes, alegando se tratar de assunto de "foro íntimo". Antes do primeiro depoimento, foi cogitada a realização de uma sessão fechada para tratar desses assuntos, mas a

ideia foi abortada. Entretanto, Derosso insistiu e a sessão voltou à pauta. Novamente, os contratos de publicidade serão o único assunto em pauta.

Até o fechamento desta edição, a vereadora Professora Josete (PDT) estudava entrar com um mandado de segurança para garantir a presença dos suplentes do Conselho de Ética na reunião. De acordo com ela, não há nenhum receio de que a presença dos vereadores iniba Derosso. "O ônus é dele. Se ele acha que tem coisas que não podem ser ditas na frente de todos os vereadores, quem se compromete é ele", comenta. Segundo a vereadora, há a possibilidade também de ela pedir um mandado de segurança para permitir a entrada de todos os 38 vereadores. (CM)

Derosso:  
depoimento sobre  
sua mulher.



NOTA POLÍTICA

## → Agora vale?

Depois de entrar na Justiça e impedir a divulgação de pesquisas do Ibope e do Datafolha na reta final da campanha ao governo no ano passado, o grupo político do governador Beto Richa (PSDB) e do prefeito Luciano Ducci (PSB, foto) "fez as pazes" com o Ibope. O instituto faz sondagem em Curitiba sobre as eleições municipais do ano que vem. Pergunta sobre o trabalho de Ducci e checa a acei-



tação de nomes para vice – entre eles, Ney Leprevost (PSD), Fernando Francischini (PSDB), Renata Bueno (PPS) e João Cláudio Derosso (PSDB). De olho na batalha de versões e contraversões, o levantamento questiona se o entrevistado ouviu falar das denúncias contra o governo federal e as que atingem Derosso, presidente da Câmara dos Vereadores de Curitiba e aliado antigo do grupo. No ano passado, a coligação de Beto questionou a metodologia dos institutos num momento em que ele caía e Osmar Dias (PDT) subia.

# GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

## No que vai dar o "Derossogate"

**S**e depender de uma atitude firme da Câmara Municipal, o "Derossogate" pode dar em nada: o protagonista dessa história, o vereador e presidente da Casa, João Cláudio Derosso, nem será condenado pela Comissão de Ética e nem a CPI levará a resultado nenhum. O descrédito é decorrente da "síndrome de São Tomé" — aquele que só acreditou quando viu o Cristo ressuscitado, segundo relata a história bíblica. Diante do tanto que já aconteceu no país — coisas mais graves até do que as de que é acusado Derosso — não será surpresa se a impunidade prevalecer.

Não é o que a sociedade quer, mas é a isso que os conchavos políticos e a pequena representatividade da oposição naqueles foros internos de julgamento podem levar. Pode restar ainda o caminho do Judiciário se, usando instrumentos próprios, o Ministério Público achar que há razões legais suficientes para denunciar o vereador. Caso contrário, as chances são mínimas ou até mesmo nulas — como manda, em regra, a infeliz tradição brasileira.

Hoje, por exemplo, Derosso será ouvido pela segunda vez pela Comissão de Ética, agora em caráter secreto para que a população não tome conhecimento de detalhes da vida íntima do acusado de ter favorecido com contratos milionários a empresa de propriedade da mulher, a jornalista Cláudia Queiroz Guedes. A Comissão é presidida pelo vereador Francisco Garcez e o relatório será proferido pelo vereador Jorge Yamawaki — ambos do PSDB, mesmo partido que Derosso comanda em Curitiba.

Embora no plano do próprio Legislativo não se deva esperar muita coisa, não há dúvida de que o "Derossogate" já produziu efeitos importantes do ponto de vista político, com consequências que se projetam para a eleição do ano que vem.

23 AGO 2011

# TRE arquiva ação de caixa 2 contra Valdir Rossoni

Apesar de reconhecer a falta de comprovação de gastos do deputado tucano na campanha de 2010, quatro magistrados votaram pelo arquivamento do processo

Karlos Kohlbach

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná arquivou ontem a representação do Ministério Público Eleitoral (MPE) que pedia a cassação do mandato do deputado e presidente da Assembleia Legislativa paranaense, Valdir Rossoni (PSDB), por suposta prática de caixa 2. O MPE pode recorrer da decisão.

Apesar de reconhecer a falta de comprovação de gastos, quatro magistrados votaram pelo arquivamento da representação alegando que o gasto não comprovado era muito pequeno em relação ao total arrecadado, pouco mais de R\$ 580 mil. Apenas dois juízes, Luciano Carrasco Falavinha Souza e Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro, votaram pela perda do mandato de Rossoni.

O julgamento durou cerca de uma hora e foi iniciado com o voto de Moura Cordeiro, que na semana passada tinha pedido vista do processo — adiando a decisão para a sessão de ontem. O juiz votou pela cassação do mandato de Rossoni, comparando o caso com dois outros julgados anteriormente nos quais a decisão do

tribunal foi pela perda do mandato.

A maioria dos julgadores reconheceu a falta de comprovação de gastos, o que afrontaria a Lei Eleitoral, que, como pena, prevê a cassação do mandato. Mas o entendimento de quatro magistrados foi outro.

Durante a leitura do voto, pela improcedência da representação, a juíza Andrea Sabbaga de Melo citou os gastos não comprovados, mas considerou “excessivo e desproporcional a cassação do mandato”.

A mesma justificativa também foi dada pelos juízes Marcelo Malucelli e pelo relator do processo, Fernando Ferreira de Moraes. “É menos de 6% [do valor total gasto]. Não podemos falar em grave ilicitude”, resumiu Malucelli. Último a votar, o desembargador e vice-presidente do TRE-PR, Rogério Luís Nielsen Kanayama, disse que não via neste julgamento nada de diferente daquele em que as contas de campanha de Rossoni foram aprovadas com ressalva — e votou pela improcedência.

## Folha de cheque

O Ministério Público Eleitoral acusa o parlamentar de não ter comprovado o gasto de R\$ 74 mil na campanha de 2010. Essas despesas, segundo o MPE, foram realizadas por meio de “cheques guarda-chuva” — quando gastos de campanha são pagos com uma única folha de cheque. O valor é sacado no banco e as despesas, em tese, são pagas. Essa modalidade de pagamento dificulta a fiscalização.

De acordo com o MPE, Rossoni teria usado um único cheque para pagar 45 despesas — que vão desde gastos com gráfica e agência de publicidade até o pagamento de combustível. A Lei Eleitoral prevê que os pagamentos de campanha devem ser feitos apenas com cheques e transferências eletrônicas — o que facilita a fiscalização. Apesar de proibido, o uso do cheque guarda-chuva é comum. Reportagem da *Gazeta do Povo* de ontem mostrou que o MPE ajuizou na Justiça pelos menos outros 11 processos contra políticos paranaenses envolvendo a mesma prática.

## Reação

Em viagem pela Europa, onde participa da delegação que acompanha o governador Beto Richa (PSDB), Rossoni soube do resultado do julgamento e, pelo Twitter, comemorou. “Justiça foi feita. Obrigado a todos que torceram a meu favor. Sempre defendi e acreditei na Justiça. Firme, sempre vivendo fortes emoções.”

**“Ninguém duvida da falta de comprovação dos gastos de campanha do representado [Valdir Rossoni]. A lei é objetiva e prevê como pena a cassação do mandato.”**

Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro, juiz que votou pela cassação.

**“Considero excessivo e desproporcional a cassação do mandato. Os cinco cheques foram comprovados na prestação de contas e dos outros cinco [cheques] foram apresentadas notas fiscais.”**

Andrea Sabbaga de Melo, juíza que votou contra a cassação.

23 AGO 2011

# GAZETA DO POVO

## O SUPREMO CONGESTIONADO

**O afastamento de ministros  
atrapalha ainda mais o trabalho  
do STF, que enfrenta um acúmulo  
de trabalho**

**N**ão é de hoje que o Supremo Tribunal Federal (STF) enfrenta dificuldades para dar conta da enxurrada de processos que diariamente bate à sua porta. A consequência de tanto acúmulo de trabalho distribuído entre o colegiado de 11 ministros que compõem a instância máxima da Justiça brasileira é uma inevitável lentidão nas decisões de sua competência, que podem acabar se estendendo por anos a fio em determinados casos. Uma carga sem dúvida descomunal que acaba ficando ainda mais pesada diante de alguns fatores eventuais que fazem parte das injunções afetas à qualquer trabalho. Referimo-nos a duas em particular que terminam por sobrecarregar a pauta de julgamento: o afastamento de ministros por força de problemas de saúde e em razão de aposentadoria, quando a nomeação do substituto nunca ocorre de forma rápida.

Essa é a situação vivida pelo STF no presente, que está retomando os trabalhos neste segundo semestre sem dois de seus membros. O ministro Joaquim Barbosa, que entrou com licença médica para se recuperar de uma cirurgia, e a ministra Ellen Gracie, que teve o seu pedido de aposentadoria já confirmado em Diário Oficial. Com a redução para nove ministros, a tendência é que o presidente da corte, Cezar Peluso, retire da apreciação em plenário temas polêmicos que estavam previstos para este mês. É o caso da possibilidade da interrupção das gestações de fetos portadores de anencefalia (ausência de cérebro) e a ocupação de terras por cerca de 3 mil comunidades de remanescentes de quilombolas.

A essas duas questões delicadas, outros temas de interesse para a sociedade estão previstos para exame no segundo semestre, mas que em razão da sobrecarga de processos poderão ser postergados. Referimo-nos particularmente à discussão sobre o poder de investigação do Ministério Público e à constitucionalidade ou não da reserva de vagas em universidades públicas por critérios raciais,

as chamadas cotas. O direito sobre as diferenças de correção monetária nas cadernetas de poupança, em razão dos expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos Cruzado, Bresser, Verão e Collor I e II, também está na fila de espera.

Outro tema que promete monopolizar as atenções no Supremo é o julgamento dos 38 acusados de envolvimento no chamado esquema do mensalão, apontado como o maior caso de corrupção política da história brasileira. O relator do processo, que já conta com mais de 40 mil páginas, é o ministro Joaquim Barbosa, hoje de licença, que está no aguardo das alegações finais dos advogados de defesa dos réus para elaborar o seu voto. Entre os envolvidos estão o ex-ministro José Dirceu, apontado como o mentor da compra de apoio político durante o governo Lula, e o ex-presidente do PT, José Genoíno.

Diante de uma pauta recheada de assuntos complexos, inevitáveis as discussões em torno de possíveis caminhos para tornar mais ágil a prestação jurisdicional do Supremo. Em maio passado, preocupado com a lentidão da Justiça em dar respostas mais céleres, o presidente Cezar Peluso lançou a proposta da chamada PEC dos Recursos. O objetivo é acabar com o efeito suspensivo dos recursos especial e extraordinário e dar eficácia imediata às decisões de segundo grau, isto é, aquelas proferidas pelos Tribunais de Justiça dos estados ou pelos Tribunais Regionais Federais. Tal proposta não alteraria os requisitos necessários para a admissibilidade desses recursos pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo STF, mas a decisão de segunda instância por si só poderia gerar coisa julgada. A PEC que já tramita no Senado promete muita discussão em razão das reações contrárias que vem produzindo no próprio meio jurídico.

23 AGO 2011

GAZETA DO POVO

# A cada quatro crimes, um B.O.

Levantamento do Paraná Pesquisas revela que 76% das vítimas de assalto em Curitiba não fazem o relato oficial do caso

Diego Ribeiro e Aline Peres

! “Dê graças a Deus que você está viva”. Foi com essa frase que um policial atendeu, em maio deste ano, a funcionária de uma escola de Curitiba, Rosane\*, 32 anos, ao chegar à delegacia. Ela havia acabado de sofrer um assalto seguido de tentativa de homicídio quando esperava o ônibus no bairro Campo Comprido.

Além do trauma físico e psicológico, a funcionária convive até hoje com a sensação de que fazer o Boletim de Ocorrência (B.O.) não tem a mínima importância quando não há interesse da polícia em investigar.

O pensamento de Rosane representa a ideia de pelo menos 3 em cada 4 paranaenses vítimas de crime, segundo recente levantamento do Paraná Pesquisas. Entre os 1.505 entrevistados em todo o estado, 20% já foram vítimas de furtos e roubos. Desse total, em Curitiba, 76% não registraram o boletim. No interior, essa cultura é ainda mais arraigada. Segundo o estudo, 81,5% das vítimas não foram até a delegacia registrar o caso.

Para o coordenador do Núcleo de Estudos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pedro Bodê, a questão só será resolvida quando a polícia ganhar a confiança da população. “O número de não registros é inversamente proporcional à crença das pessoas de que o boletim possa fazer alguma diferença”, explica. “Nos casos de registro criminal, as pessoas têm ainda mais resistência para se relacionar com os órgãos. Eles não se aventuram a fazer os boletins porque têm de enfrentar burocracia demais ou recebe um péssimo tratamento.”

A explicação do especialista vai ao encontro do que ocorreu com Rosane: o pouco caso e a falta de respeito são os principais fatores que levam os cidadãos a não registrarem B.O. quando são vítimas de crime.

Ao chegar no distrito, após a frase nada receptiva do policial, ela informou que teria condições de fazer um retrato falado, além de fornecer o número da placa do carro usado pelo criminoso na fuga. Mesmo assim, o policial não deu qualquer indicativo de que o caso seria investigado.

Segundo ela, a violência do ato e o descaso da polícia deixaram marcas que dificilmente serão superadas. O criminoso a espancou depois de ouvi-la gritar e os passageiros do ônibus não reagiram diante da cena. A polícia também ficou inerte.

Sem esperanças de que o criminoso será realmente impedido de cometer a mesma brutalidade com outras vítimas, ela divide sua rotina de trabalho com sessões de terapia psicológica. Rosane tem pânico de sair às ruas e um trauma causado pela facada que levou no pescoço durante o assalto, que resultou em 15 pontos. “Por dois centímetros poderia não estar viva hoje. E ele simplesmente queria levar minha bolsa”, diz revoltada.

\*nome fictício.

**CONTINUA**



## Burocracia na delegacia atrapalha notificação

Diferentemente do caso de Rosane, a nutricionista Flaviani Andrade de Lara, 27 anos, não procurou a delegacia depois da violência sofrida simplesmente porque acreditou que "não ia dar em nada". Porém hoje afirma que gostaria de que os casos fizessem parte das estatísticas da violência e que as informações pudessem servir à polícia para confirmar a vulnerabilidade de determinados pontos da cidade.

Ela teve o carro arrombado próximo à Praça do Japão, no Batel, em 2010. O registro do B.O. não foi feito ao perceber a fechadura danificada e a bagunça no interior do veículo porque já era tarde da noite. No entanto, ligou para o 190 para informar o ocorrido. Para sua surpresa, ao procurar um distrito, soube que o registro teria de ser feito na Delegacia de Furtos

e Roubos ou no 1.º Distrito, na região central, em Curitiba. Flaviane mora em Almirante Tamandaré. "Se qualquer delegacia civil pudesse receber as informações seria mais prático."

### Criminalidade baixa

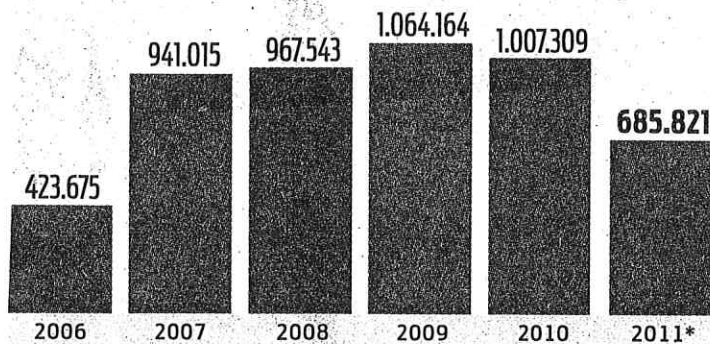
Paulo\*\* tem um sítio no município de Campo Magro, na região metropolitana, e já viu o sofrimento de vizinhos quando o assunto é procurar a delegacia. Segundo ele, o bairro Boa Vista é um dos mais populosos da cidade, porém o distrito policial mais próximo fica distante em torno de 30 quilômetros. "O índice de criminalidade lá é baixo e será por toda a vida porque as pessoas nem sempre tem condições de se deslocar até o distrito". (AP)

\*\* nome fictício

### BOLETINS DE OCORRÊNCIA

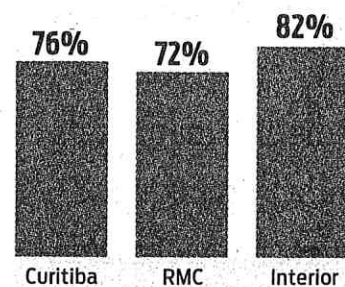
O número de registros aumentou 137% em cinco anos. Mas 76% das vítimas de assaltos em Curitiba não registraram a ocorrência.

Total de B.O. registrado no Paraná segundo, a SESP



\* Registros até 17 de agosto

Vítimas de roubos ou furtos que não registraram B.O.



CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

23 AGO 2011

## Não registro dificulta planejamento

O registro de Boletim de Ocorrência é fundamental para aprimorar as políticas públicas na área de segurança, como explica Pedro Bodê, coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da UFPR. "O registro mostra a quantidade de crimes que ocorrem no estado, o que fundamenta planos de ação", diz ele.

Segundo o delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinicius Michelotto, os registros só irão aumentar quando a credibilidade da polícia for resgatada. "Mesmo assim é preciso que a população se conscientize da importância de fazer o B.O.", explica.

Sobre o fato de a polícia não investigar todos os boletins registrados, ele ressalta que os investigadores vão, sim, atrás dos casos. De acordo com o delegado, muitas vezes um bandido preso significa a resolução de diversos crimes. "Procurem a polícia e registrem os crimes: isso é o que vai melhorar o planejamento policial e aprimorar a qualidade da segurança." (DR)

## Medo e vergonha

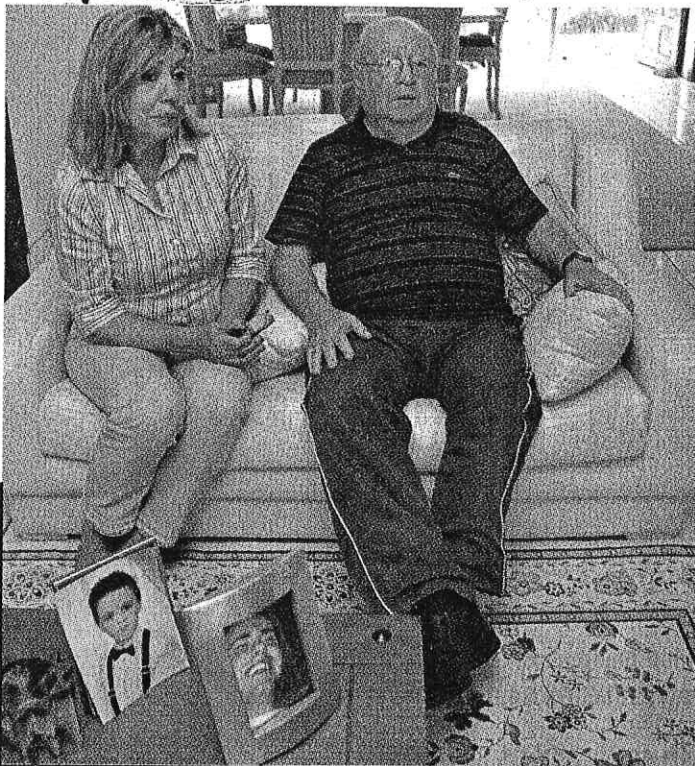
também impedem que as pessoas façam o registro do Boletim de Ocorrência. Segundo o psicólogo e psiquiatra Rui Fernando da Cruz Sampaio, o medo ocorre principalmente pela violência em determinados tipos de crime, como em abusos sexuais e estupros. A vergonha aparece quase sempre em vítimas de golpe, que sentem-se como tolas. Crimes com menor potencial ofensivo, como furtos, também costumam não ser relatados pelas vítimas, justamente por não envolver violência.

**"O número de não registros é inversamente proporcional à crença das pessoas de que o boletim possa fazer alguma diferença."**

**Pedro Bodê**, coordenador do Núcleo de Estudos da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

CONTINUA

Vinícius Coelho, 77 anos, e Eliane Strobel, 60 anos, pais de Bruno Coelho Strobel, 19 anos, desaparecido no dia 2 de outubro de 2007 e encontrado morto uma semana depois, em Almirante Tamandaré, região metropolitana de Curitiba. O corpo do rapaz foi localizado na Rodovia dos Minérios com dois tiros na cabeça.



Aniele Nascimento/Gazeta do Povo

## O CASO

O jovem, na época com 19 anos, teria sido abordado por seguranças de uma empresa de segurança pichando o muro de uma clínica, no bairro Alto da Glória. Dois suspeitos foram a júri em agosto de 2010 e condenados por homicídio, tortura mediante sequestro, ocultação de cadáver e formação de quadrilha. Outros cinco homens denunciados pelo envolvimento no caso aguardam a decisão do juiz.

**“Tem dias que saio, me sento em um banco, e converso com a foto dele.”**

Vinícius Coelho, pai de Bruno

### A NOITE DE SÁBADO

O Bruno tinha o hábito de dormir fora, mas sempre avisava antes. Naquela noite, ele não avisou. Amanheceu o dia, e o Bruno não chegou. Os pais começaram a ficar assustados. Souberam que ele tinha ido a uma festa no Coritiba – ele era louco pelo time – e que depois iria a um bar comer sanduíche. Como os amigos demoraram muito, Bruno resolveu ir para casa a pé. “No meio do caminho, eles [os suspeitos] esfaquearam com ele. Quando o levaram para a empresa, Bruno disse que o pai era jornalista e que conhecia todo mundo. Foi aí que sumiram com ele”, dizem os pais.

### DOMINGO

Eliane lembra-se que o filho pediu dias antes que ela fizesse pastel. Adorava comer os quitutes da mãe. “No sábado prometi que faria pastel no outro dia. Ele não chegou no domingo, mas eu saí cedo para comprar a massa e a carne moída. Achei que ia chegar para o almoço. Às 13 horas, começou a me dar uma angústia. Enquanto fritava os pastéis, senti que alguma coisa poderia ter acontecido”, lembra Eliane.

### A DESCOBERTA

Quem descobriu tudo, sem querer, foi a própria mãe. Ela saiu com uma amiga e resolveu passar em uma banca de revistas. Em um jornal da cidade, viu uma matéria sobre um cadáver que havia sido encontrado. “Ele estava com uma jaqueta que era inconfundível: só o Bruno tinha aquela roupa em Curitiba, era uma peça japonesa, que ele tinha ganhado de um amigo seu, técnico.”

### CONSEQUÊNCIAS

A morte transformou radicalmente a vida do casal, que teve o relacionamento abalado pelo choque da notícia. “Chegamos a um estado deplorável, que começou a melhorar somente um mês depois, com a participação nos trabalhos do grupo Amigos Solidários da Dor do Luto”, diz o pai. Vinícius mantém uma foto do filho no bolso da calça. “Tem dias que saio, me sento em um banco, e converso com a fotografia. Não me sinto louco, sei que o Bruno vai ser sempre um pedaço de mim.”

### A PERDA

Bruno era um bonachão. Sempre estava rindo. Quando chegava em casa, gostava de dar sustos na família e caía na gargalhada. Adorava cócegas. Estava estudando para fazer vestibular para Design, mas já trabalhava com o tio.

### JUSTIÇA

“Queremos que o caso Bruno sirva de exemplo para que outros não se repitam. Chega de ódio, chega de violência. Só queremos justiça para nós e para a sociedade. O que falta em Curitiba é alguém tomar as rédeas da segurança. Os criminosos estão mandando na gente; eles precisam saber que existe punição”, dizem os familiares.

### CONTRA A VIOLÊNCIA

“Quando leio notícias sobre violência”, lembra Eliane, “faço uma oração para os pais”. Ela acredita que as pessoas devem desenvolver uma fé, um lado espiritual, para dar um suporte diante de tanta dor após uma possível perda. “Mas, acima de tudo, para evitar essa violência é preciso encaminhar a família para Deus”, finaliza.

GAZETA DO POVO

# Munição

23 AGO 2011

# que matou

# juíza era

# da Polícia Militar

Comandante da PM admite participação de policiais na execução de Patrícia Acioli. Perícia rastreou origem de projéteis

O coronel Mário Sérgio Duarte, comandante da Polícia Militar do Rio, admitiu a participação de PMs na execução da juíza Patrícia Acioli, morta com 21 tiros na porta de casa, no último dia 12. Exames da Divisão de Homicídios (DH) revelaram que pertencem ao paiol da corporação os projéteis de pistola calibre ponto 40 que mataram a magistrada. A Corregedoria da corporação vai apurar o desvio da munição, que é usada por 5 mil policiais da corporação.

O coronel disse que “trabalhava com a possibilidade” de envolvimento de policiais desde o dia do crime e apontou que houve a participação de PMs “no mínimo em alguma fase, da execução até a preparação” do assassinato.

A ligação da munição com a PM foi feita por meio da identificação da marca impressa a laser em dois

estojos encontrados no local do crime. Por essa marca descobriu-se que a munição pertencia a um lote de 10 mil projéteis vendido pela Companhia Brasileira de Cartuchos à PM. Registros da Secretaria de Segurança do Rio apontam que a munição foi distribuída para três batalhões, incluindo o 7.º (São Gonçalo), onde trabalhava a maioria dos 60 policiais condenados pela magistrada. Também foram abastecidos os batalhões de Niterói e Itaboraí.

Desde a Lei 10.826/2003, toda munição fabricada no país tem a identificação do lote e do adquirente nos projéteis. No Rio, 80% dos homicídios são praticados com munição identificada, o que facilita o rastreamento.

A falta de controle da PM sobre a munição retirada dos batalhões pelos policiais impede a identificação imediata dos policiais que estariam envolvidos no crime. No entanto, as investigações estão concentradas em um grupo de policiais que integram o 7.º BPM e também pertenciam a grupos criminosos em São Gonçalo.

## Escolta

Dois processos administrativos encerrados pelo Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) em 2009 e em 2011, a que a reportagem teve acesso, concluíram que não havia “nenhum fato digno de registro com relação a ameaça” contra Patrícia Acioli.

Segundo o desembargador Luiz Zweiter, presidente do TJ-RJ entre fevereiro de 2009 e janeiro de 2011, Patrícia enviou relatórios sobre as ameaças, mas não solicitou escolta e não se manifestou após a decisão da instituição: “Todas as informações foram apuradas e verificou-se que nenhuma delas tinha fundamento. Não havia necessidade de conceder ou reforçar a segurança.”

“Ela não está morta?”, rebateu o advogado da família de Patrícia, Tício Lins e Silva. “Ela corria riscos. Se uma pessoa diz que foi ameaçada, o Estado tem obrigação de garantir sua segurança. Não é necessário pedir.”

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### REVOLTA

**Mike Acioli Chagas**, filho da juíza assassinada.

# 23 AGO 2011

O assassinato de Patrícia Acioli foi um golpe contra as aspirações de Mike Acioli Chagas, filho da juíza. Aos 20 anos, ele é aluno do curso de Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mas admite que não sabe se terá forças para seguir os passos da mãe, descrita como uma heroína no combate ao crime organizado.

#### **O envolvimento de policiais na morte foi uma resposta à atuação da sua mãe?**

Quiseram tirar ela do serviço porque ela estava fazendo o que era o certo. Ela fazia o trabalho dela, que era investigar policiais, milicianos, qualquer um que fosse contra a sociedade. Minha mãe nunca teve medo de nada, e por isso era o nosso orgulho.

#### **O crime muda sua maneira de encarar o Direito?**

Deixei de acreditar na Justiça. Esse crime é um fardo que vou carregar para o resto da minha vida. Não sei se teria capacidade de voltar ao Direito, mas acho que isso deve servir para abrir os olhos dos estudantes. É preciso ver que ainda é necessário mudar muita coisa dentro das instituições.

#### **Dez dias após o crime, já é possível lidar com essa dor?**

A ferida ainda está muito recente. Vamos administrando como dá, mas está sendo muito doloroso. Muito doloroso mesmo. (AE)

# Lentidão no combate ao crack

Somente 10% dos R\$ 410 milhões previstos para ações de saúde, capacitação e pesquisas sobre a droga até 2015 foram efetivamente liberados

Rafael Waltrick

Um ano e três meses depois de ser criado oficialmente, o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, do governo federal, investiu em ações práticas apenas 10% dos R\$ 410 milhões prometidos até 2015. Não bastasse o ritmo lento da implantação dos programas, que visam principalmente a ampliar o número de leitos para tratamento e capacitar agentes de saúde, o plano corre o risco de ter metade do orçamento cortada para os próximos quatro anos.

O alerta partiu da titular da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), Paulina Duarte, durante audiências ocorridas nas últimas semanas na Câmara dos Deputados. A previsão é de que o orçamento da Senad para o ano que vem chegue apenas a R\$ 16 milhões. — valor distante dos R\$ 100 milhões anuais pretendidos até 2015. A definição sobre a liberação dos recursos para o plano contra o crack ocorrerá com a apresentação do Plano Plurianual 2012-2015, que deve ser enviado ao Congresso ainda neste mês.

O reforço dos investimentos em políticas públicas contra a droga foi uma das principais promessas de campanha da presidente

Dilma Rousseff durante as eleições do ano passado. As estimativas do número de usuários no país são variadas: a Organização Mundial de Saúde (OMS) fala em 6 milhões de consumidores de crack, enquanto o Ministério da Saúde afirma que são 2 milhões. Mesmo com a dimensão do problema evidenciada pelos números e pelo discurso governista, até parlamentares da base aliada de Dilma admitem que as perspectivas para o Plano de Enfrentamento ao Crack não são boas.

“O Ministério da Saúde e a Senad não estão se entendendo. Estão brincando com isso [a liberação das verbas]”, critica o deputado federal Gilvaldo Carimbão (PSB-AL), relator da Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas.

A dificuldade do governo em tratar a questão também é reconhecida pelo petista Reginaldo Lopes, presidente da mesma comissão na Câmara. Para o parlamentar, “o país ainda não conseguiu organizar uma rede integrada de tratamento para dependentes químicos, apesar de ter, de maneira isolada, ações do governo e da sociedade civil.”

## Recursos

Em relatório divulgado no fim de abril, antes da polêmica sobre a previsão de verbas, a Comissão de Ações Sociais do Conselho Federal de Medicina já afirmava que os recursos anunciados de R\$ 410 milhões eram insuficientes para que todas as ações previstas no plano fossem implantadas. Segundo o autor do relatório, o médico Ricardo Paivá, a lentidão na liberação dos recursos para o plano “aponta para a necessidade de o governo federal rever sua estratégia.”

Para o médico-psiquiatra Dagoberto Hungria Requião, ex-diretor do Hospital Nossa Senhora da Luz, em Curitiba, a falta de investimentos, principalmente em prevenção, traz custos financeiros e sociais muito mais altos do que o imaginado. “Sem esses investimentos, aumentam o número de acidentes, de pessoas com complicações clínicas, de jovens sem perspectivas. O governo deixa de investir R\$ 200 milhões, mas vai gastar outros R\$ 600 milhões em outras questões porque não investiu em prevenção”, defende Requião.

A reportagem entrou em contato com a Senad para discutir as previsões orçamentárias e a liberação de verbas para novas ações do plano, mas, até o fechamento desta edição, não recebeu resposta do órgão.

## 6 milhões de pessoas

são usuárias de crack no Brasil, segundo a Organização Mundial da Saúde. O Ministério da Saúde afirma que são 2 milhões.

## CONTINUA

# GAZETA DO POVO

**INVESTIMENTO**

**CONTINUAÇÃO 23 AGO 2011**

O Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras drogas foi instituído em maio de 2010. De lá para cá, quatro ações saíram efetivamente do papel.

Ações	No Brasil	No Paraná	Investimento total
Criação de Centros Regionais de Referência de Formação Permanente	49 centros em universidades	Quatro centros nas universidades estaduais de Londrina, Maringá, Ponta Grossa e do Oeste do Paraná	<b>R\$ 9 milhões</b>
Criação do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde)	80 grupos de pesquisa em 69 universidades	Dois grupos de pesquisa, nas universidades estaduais de Londrina e Maringá	<b>R\$ 5,1 milhões</b>
Implantação e ampliação de Casas de Acolhimento Transitório (CATs)	38 CATs em 37 cidades	Implantação de três CATs, nas cidades de Cascavel, Araucária e Paranaíba	<b>R\$ 16 milhões</b>
Ampliação de leitos em comunidades terapêuticas	985 leitos em 76 cidades	189 leitos em 10 municípios	<b>R\$ 9,4 milhões</b>

## Leitos no Paraná

Cada comunidade terapêutica receberá mensalmente R\$ 800 por leito, durante 12 meses. Os recursos podem ser usados para abrir novas vagas ou custear as já existentes.

**R\$ 1,8 milhão**  
será investido no estado

Município	Comunidade terapêutica	Leitos aprovados
Curitiba	Casa de Apoio Belém	5
	Associação PARA	7
	Casa do Servo Sofredor	20
Araucária	Forte de Águia	10
Lapa	Cerene	4
Ponta Grossa	Comunidade Rosa Mística	20
	Padre Wilton	20
Campo Mourão	Lar Dom Bosco	8
Londrina	Centro Morada de Deus	20
	Assoc. Londrina Viva (Prolov)	15
	REVIDE – Restaura Vidas	5
Maringá	Assoc. Apoiando a Recuperação de Vidas	20
Rolândia	Centro de Recuperação Vida Nova	10
Cascavel	Nova Aliança	20
União da Vitória	Associação Profeta Daniel	5

**CONTINUA**

# Comunidades ainda aguardam recursos

As ações em andamento do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, do governo federal, incluem a criação de centros de capacitação para agentes de saúde e grupos de pesquisa em universidades, a ampliação de Casas de Acolhimento Transitório (CATs) e o aumento do número de leitos para tratamento em comunidades terapêuticas (veja o quadro). Somente no Paraná, 15 comunidades tiveram projetos aprovados em dezembro para receber recursos do plano.

Oito meses depois, porém, as comunidades ainda não receberam nenhuma parcela dos R\$ 800 mensais por leito previstos no edital. Segundo lideranças desses locais ouvidas pela *Gazeta do Povo*, os recursos já teriam sido liberados pelo governo federal, mas foram repassados para as secretarias de saúde municipais junto com outras verbas. Questões burocráticas, como o formato legal do repasse para as comunidades terapêuticas, atrasam a abertura de novas vagas.

“Até hoje, nenhuma casa recebeu. Aqui no estado ainda não se conseguiu desenrolar isso”, confirma o presidente do Fórum de Debates sobre Drogas de Curitiba e Região Metropolitana e responsável pela Casa do Servo Sofredor de Curitiba, Francisco Manoel de Oliveira, o frei Chico.

## Sem garantia

Além do atraso no repasse dos recursos, as comunidades terapêuticas também reclamam do método usado pelo governo federal, que prevê a ajuda de custo somente por 12 meses. Sem a garantia de que poderão contar com os valores a longo prazo, algumas casas não se arriscam a abrir novas vagas, que, depois, não terão como ser mantidas.

“Doze meses de contrato com o governo não resolve. Daqui a um ano, esse convênio vai ser renovado? Esse valor acaba servindo somente pra quebrar um galho”, critica o presidente do Projeto Londrina Viva (Prolov).

Para o assistente social e escritor catarinense Klaus Rehfeldt, autor de seis livros sobre dependência química, é preciso investir no tratamento dos usuários que se tornaram dependentes químicos, mas, antes de tudo, as políticas públicas devem priorizar a prevenção. “Os que já caíram no fundo do poço têm que ser recuperados de novo. Mas temos que colocar uma tampa em cima desse poço. E esse é um trabalho de que as autoridades públicas ainda estão fugindo, se esquivando”, avalia Rehfeldt.

## Programa prevê 6.120 novos leitos até 2015

Uma das ações imediatas previstas no Plano de Enfrentamento ao Crack é a ampliação do número de leitos em comunidades terapêuticas, hospitais públicos, Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad) e Casas de Acolhimento Transitório (CATs).

A meta prevista pelo governo federal é de 6.120 novos leitos para tratamento de dependentes químicos até 2015, sendo 5 mil somente em hospitais públicos e comunidades terapêuticas. Até o momento, foi aprovada a criação de somente 985 leitos em comunidades. As portarias

para a ampliação das vagas em hospitais, CATs e CAPS ad já foram divulgadas no *Diário Oficial* da União e os municípios ainda podem inscrever projetos para pleitear os recursos.

A liberação das verbas, porém, está condicionada à disponibilidade de recursos no orçamento da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), responsável pelo plano contra o crack. Durante uma audiência pública no início deste mês no Congresso, a titular da Senad, Paulina Duarte, afirmou que “com a quantidade destinada até agora, nem 20% das ações traçadas de combate

ao crack poderão ser realizadas”.

A previsão de cortes no orçamento põe em risco não só a ampliação do número de leitos, mas a criação de centros de pesquisa e de formação de agentes de saúde, prerrogativas fundamentais no combate ao crack. No Paraná, quatro universidades estaduais tiveram projetos aprovados até o momento para implantar os chamados Centros Regionais de Referência para Formação Permanente de Profissionais. As universidades confirmam o recebimento dos recursos e afirmam que devem iniciar os cursos ainda neste ano. (RW)

CONTINUA



# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## DETALHES

O Plano de Enfrentamento ao Crack foi criado no ano passado, por meio do Decreto nº 7.179. Conheça alguns detalhes do plano:

### Objetivos

- ▶ O plano prevê ações de prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes, além da repressão ao tráfico por meio de parcerias com estados, municípios e sociedade civil.

### Estrutura

- ▶ Entre as ações imediatas do plano estão a criação de 6.120 leitos na rede de atenção ao usuário drogas, em hospitais, Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps ad) e Casas de Acolhimento Transitório. O governo também pretende criar 50 Caps ad 24 horas e 225 Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Os núcleos serão instalados em municípios com menos de 20 mil habitantes.

### Capacitação

- ▶ O plano prevê a criação de centros regionais de referência e Programas de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), que devem capacitar cerca de 10 mil servidores da área de saúde.

### Informação

- ▶ Um site deveria ser criado para centralizar informações sobre a droga, trazendo temas ligados à prevenção e tratamento dos usuários. O site já está no ar e pode ser acessado pelo endereço [www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack](http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack)

### Recursos

- ▶ A previsão inicial da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas era investir R\$ 410 milhões em ações.

# 23 AGO 2011

## “Ficamos de mãos atadas”

### LONDRINA

*Juliana Gonçalves, correspondente*

Três comunidades terapêuticas de Londrina, no Norte do estado, foram contempladas pelo Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack. Os recursos serão usados para implantar 40 novas vagas na cidade, 20 delas no Centro Morada de Deus. “Já temos a estrutura para receber esses dependentes, mas sem a liberação do dinheiro, ficamos de mãos atadas”, conta o presidente da instituição, Paulo Fernando Constantino.

Todos os dias, a instituição recebe dezenas de visitas e telefonemas de famílias procurando por vagas, mas não tem capacidade de aumentar o número de atendimentos. “O crack virou uma pandemia, mas é possível recuperar esses dependentes. Para isso, precisamos de recursos”, afirma Constantino.

Hoje, o centro atende 22 pessoas. São 12 vagas mantidas por convênio com a prefeitura e 10 particulares. O período de tratamento dura de seis a oito meses. As vagas são ocupadas por homens e mulheres. A Secretaria Municipal de Saúde alega que os processos de contratações, parcerias e convênios se tornaram mais rígidos e burocráticos depois das fraudes envolvendo duas entidades da área da saúde em Londrina.

23 AGO 2011

# GAZETA DO POVO

## ESTUPRO

### Jovens filmam abuso e põem na internet

A Polícia Federal (PF) investiga o caso de um estupro coletivo de uma adolescente de 14 anos por cinco jovens – quatro deles menores – que postaram as imagens do crime na internet. O abuso aconteceu há cerca de 15 dias em um imóvel em construção na cidade de Cascavel, no Oeste, e foi denunciado pelo Conselho Tutelar.

De acordo com o delegado Mario Cesar Leal Junior, após receber a denúncia na terça-feira da semana passada, a PF salvou as imagens para incluir no inquérito e solicitou ao Google, dono da página do Youtube, que retirasse o vídeo do ar.

No domingo, a PF apreendeu um computador e o celular usado para gravar o crime. Uma blusa de cor vermelha usada por um dos jovens no dia do estupro também foi apreendida. Três envolvidos foram ouvidos e liberados por não estarem em flagrante. A polícia diz que no decorrer das investigações, se for necessário, pedirá a prisão preventiva dos acusados.

Os cinco jovens envolvidos no abuso sexual e o rapaz que filmou o estupro já foram identificados. Todos têm idade entre 16 e 20 anos. Em depoimento, a garota disse que os rapazes fizeram ameaças com uma faca.

Os suspeitos vão responder por estupro de vulnerável e por produzir as imagens. O inquérito, que deve ser concluído em 30 dias, está sob sigilo de Justiça.

## REMÉDIO

### STJ autoriza volta de genérico de antidepressivo

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) acatou um pedido da Anvisa e suspendeu a liminar que impedia o registro de medicamentos genéricos e similares da substância antidepressiva Oxalato de Escitalopram. Em sua decisão o vice-presidente do STJ, ministro Félix Fischer, ressaltou que a decisão de suspender a liminar tem como foco a saúde pública no Brasil, “a fim de se afastar o risco de enfraquecimento da política pública dos medicamentos genéricos adotada no país”. “[A política é] inquestionavelmente valiosa à população, sobretudo à parcela de menor poder aquisitivo”, ressaltou Fischer em sua decisão.

## NOTA POLÍTICA

### Fim das doações

A OAB decidiu ontem pedir ao Supremo que proíba empresas de fazerem doações para campanhas eleitorais. A entidade quer que o STF declare inconstitucionais dispositivos da legislação eleitoral que autorizam esse tipo de doação. Para a Ordem, as contribuições financeiras por empresas são uma forma de incentivo à corrupção, ao tráfico de influência e à supremacia do poder econômico sobre o político.

**23 AGO 2011**

# **FOLHA DE LONDRINA**

## **Interrogatório de Aciolli é adiado no TJ**

**Curitiba** - O interrogatório do deputado estadual Roberto Aciolli (PV) que aconteceria ontem no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) foi adiado. O parlamentar seria questionado sobre o assassinato do engraxate Paulo César Heider, que aconteceu em 1999. Aciolli foi denunciado pelo Ministério Público Estadual (MP) em 2008 por homicídio qualificado por motivo torpe (banal).

O advogado do deputado, Mário Lúcio Monteiro, pediu o adiamento porque, segundo decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF), devem ser ouvidas primeiro as testemunhas de acusação e de defesa e, por último o réu, para que a defesa seja realizada a contento. O adiamento foi aceito pelo desembargador do TJ, Adalberto Xisto Pereira.

23 AGO 2011

# FOLHA DE LONDRINA

## Derosso depõe em Conselho de Ética hoje

**Maigue Gueths**

*Equipe da Folha*

**Curitiba** - O presidente da Câmara Municipal de Curitiba, vereador João Cláudio Derosso (PSDB), será ouvido hoje novamente pelo Conselho de Ética da Casa, desta vez em sessão fechada, que contará com a participação apenas dos cinco membros titulares da comissão. Derosso, que é acusado de favorecer a agência de comunicação da mulher dele em licitação da Câmara, será questionado sobre pontos não explicados na sessão aberta do Conselho, realizada na última quinta-feira. Na oportunidade, alegando serem questões íntimas, o vereador negou-se a responder perguntas relativas ao relacionamento com a mulher.

Na sessão aberta, Derosso enfrentou perguntas de todos os vereadores, além da presença da imprensa. Desta vez, o clima promete ser mais tranquilo. Dos cinco titulares do conselho, dois pertencem ao mesmo partido que ele, o presidente do conselho Fran-

cisco Garcez e Jorge Yamawaki, que também é relator do processo. Os vereadores Valdemir Soares (PRB) e Zezinho do Sabará (PSB) são da base aliada, e apenas Noemia Rocha (PMDB) é da bancada de oposição.

Derosso é acusado de irregularidades em dois contratos de agências de publicidade da casa, assinados pelo Legislativo em 2006, quando o tucano já era presidente da Casa. Ele teria favorecido a

**Depoimento  
será prestado  
em sessão  
fechada**

esposa, que é dona de uma das agências vencedoras da licitação. Outra denúncia é de que Guedes também era funcionária da Câmara, o que tornava o seu contrato irregular.

Após a sessão, o relator terá dez dias para concluir o relatório, o qual seguirá para Comissão de Legislação e Justiça. Caso esta comissão decida por sugerir a cassação ou perda temporária de mandato, o debate seguirá para apreciação do plenário. As denúncias contra Derosso também serão investigadas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), já aprovada pela Câmara.

**Derosso**

Hoje segue a novela Derosso com seu depoimento à Comissão de Ética. Balança, certamente balança, mas dificilmente cai. Há amarras de compromisso fortes.

## TRE absolve Rossoni de contas irregulares

**Curitiba** - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) considerou improcedentes as denúncias contra o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), de irregularidades na prestação de contas da campanha eleitoral do ano passado e decidiu, em julgamento realizado ontem à tarde, por quatro votos a dois, manter o mandato do deputado.

A denúncia partiu do Ministério Público Eleitoral, que deu entrada em representação contra o deputado por prestação pelo pagamento de despesas de campanha no valor de R\$ 76 mil de forma incorreta. Rossoni teria pago as dívidas com cheques "guarda-chuva", ou seja, fez pagamento de várias despesas com cheque único, o que não é permitido pela legislação. A penalidade prevista para este caso é de cassação do mandato, caso o TRE considerasse procedente a denúncia.

O julgamento estava previsto inicialmente para o último dia 15, mas foi adiado porque um dos juízes pediu "vistas" do processo. Os dois juízes que consideraram a denúncia procedente foram Luciano Carrasco e Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro. Já os juízes Andreia Sabaga de Melo, Fernando Moraes, Marcelo Malucelli e Rogério Kanatama votaram contra a perda de mandato.

Rossoni, que está em viagem na Ucrânia, em comitiva com o governador Beto Richa, comemorou a decisão pelo twitter: "Justiça foi feita. Obrigado a todos que torceram a meu favor. Sempre defendi e acreditei na Justiça. Firme, sempre vivendo fortes emoções", escreveu.

**MAZZA**

23 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

# Foro privilegiado atrasa processos, diz procurador

O procurador-geral de Justiça do Paraná, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, que participou de reunião com promotores de Londrina ontem, afirmou que o foro privilegiado dos prefeitos é um dos fatores que atrasa o julgamento e a possível punição dos envolvidos. "O julgamento na mesma comarca onde supostamente ocorreu o crime dá à comunidade a possibilidade de acompanhar de perto os atos processuais e acaba tornando o processo mais célere", avaliou o procurador, frisando que a postura do Ministério Público é contrária ao foro por prerrogativa de função, criado através de emenda à Constituição.

O procurador também acredita que o julgamento na comarca do prefeito permite que o juiz "saiba qual foi a repercussão que o fato criminoso causou na comunidade". "Crimes praticados por agentes públicos ou funcionários públicos peculatórios, na essência, são aqueles que desviam recursos que deveriam ser aplicados em políticas sociais públicas de que a população precisa."

Um exemplo desta demora ocorre em Londrina: atual-

*Julgamento na comarca permite acompanhamento da comunidade*

mente está sob análise da Procuradoria do Ministério Público investigação feita pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) que aponta suposto envolvimento do pre-

feito Barbosa Neto (PDT) e de sua esposa, Ana Laura Lino, no esquema de desvio de di-

nheiro público através da Saúde. O casal teria recebido propina para permitir a contratação do Instituto Atlântico, entidade que ao lado do Instituto Gálatas executava contratos da Saúde.

As investigações referentes às denúncias no Galatás, que não envolvem o chefe do Executivo, tramitam na 3ª Vara criminal de Londrina, e já estão bastante adiantadas. Todas as testemunhas de acusação já foram ouvidas. Em contrapartida, no caso das investigações do Instituto Atlântico, que envolvem o prefeito, o procurador Samir Barouk ainda depende de diligências para decidir se oferecerá denúncia ou se arquivará o processo. "No momento em que achar que há elementos suficientes, ele (Barouk) leva ao procurador-geral para discussão, no sentido de oferecer denúncia ou arquivar", explicou Sotto Maior. "O prazo depende das diligências que estão sendo realizadas.

# FOLHA DE LONDRINA

## Oswaldo Militão

social@folhadelondrina.com.br

### São milhões para os que perderam terras para a Usina de Itaipu

23 AGO 2011

Até hoje a grande maioria dos proprietários que perderam suas terras para a construção da usina binacional de Itaipu não receberam suas indenizações. Pelo menos é o que dizem advogados de localidades que cuidam de ações desses produtores rurais. Pelos cálculos deles, são alguns milhões, que deveriam ser pagos a quem ingressou na Justiça, pedindo as compensações financeiras para suas perdas. Ações estão há anos no Superior Tribunal de Justiça esperando a decisão final. E uma fonte oficiosa revelou a esta coluna que parte do dinheiro da indenização já teria sido depositada pela direção de Itaipu.

No entanto, a advocacia-geral da União acha que as terras eram de fronteira, e o total delas pertenceria à Nação. Porém, os donos das propriedades alegam, provando com documentos, que teriam adquirido as fazendas e sítios levando em conta a boa fé de todos, inclusive dos cartórios de registros de imóveis daquela região da fronteira com o Paraguai. O zeloso CNJ bem que poderia se interessar em agilizar os tribunais para que mandem pagar a quem é devido as indenizações.

■ ■ Os órgãos públicos do País são ótimos cobradores, mas quando têm que pagar seguram como podem. Parece que o dinheiro é dos funcionários, não é da Nação, que tem direitos, mas também suas obrigações. Um caso conhecido de Londrina é o do empresário Alcides Vezozzo, que há anos aguarda os milhões que tem para receber do Banco Central, após decisão da Justiça Federal.

■ ■ Há também casos em Prefeituras, onde as secretarias de Fazenda seguram os pagamentos que têm que efetuar. Criam todos os obstáculos possíveis ou esquecem nas gavetas às suas obrigações.

## MAZZA

### Boechat

Jornalista Ricardo Boechat esteve em Curitiba na semana passada e percebeu a repercussão negativa do seu comentário contra o criminalista René Dotti na Band que suscitou uma questão técnica no acidente do deputado Carli Filho na qual levanta a hipótese de que uma das vítimas não teria observado a preferencial.

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

23 AGO 2011

### Gaeco

A Procuradoria-Geral de Justiça do Paraná, órgão máximo do Ministério Público do estado, aguarda para a próxima semana uma decisão definitiva sobre a formalização dos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), instituição formada por promotores, policiais civis e militares.

■ Primeiro, o estado tentou acabar com a parceria e a segunda investida foi para tirar os policiais já treinados do grupo. "Mas agora temos o compromisso do governador e elogios do secretário de Segurança Pública. Estamos confiantes em uma parceria duradoura, que se permaneça independentemente de quem for o governador", disse o procurador Olympio de Sá Sotto Maior Neto.

### Vanguarda

Em visita à cidade ontem, Sotto Maior disse que "o Ministério Público em Londrina está sempre na vanguarda", principalmente por suas intervenções na área de patrimônio público.

■ Em 1998, os promotores de Londrina começaram a investigar licitações fraudulentas na administração municipal, então comandada pelo ex-prefeito Antonio Belinati.

### Na gaveta

O Ministério Público de Londrina, através da promotora de Defesa do Patrimônio Público, Sandra Regina Koch, arquivou mais denúncia contra a administração municipal. A denúncia seria de que a servidora municipal Neiva de Cássia Vieira Sefrin, gerente da Agência do Trabalhador, teria grau de parentesco com o prefeito Barbosa Neto e estaria cometendo irregularidades na Agência do Sine.

■ Este é o terceiro procedimento investigatório que o MP arquiva contra a administração municipal. O primeiro se referia a suposta utilização do portal da Prefeitura de Londrina para promoção pessoal e o segundo, possível improbidade administrativa em desapropriações de terrenos localizados nas avenidas Castelo Branco e Aeroporto.

### Proguarda

O Ministério Público deve convidar o prefeito Barbosa Neto para prestar informações sobre o contrato entre a Proguarda e o município. Um aditivo assinado por Marco Cito, então secretário de Gestão Pública, teria elevado o valor do contrato.

■ O pedido de reequilíbrio foi encaminhado ao gabinete do prefeito e não à Secretaria de Gestão Pública.

■ Em seu último depoimento ao MP, Barbosa utilizou seu direito constitucional de manter o silêncio e não respondeu aos questionamentos sobre contrato com a empresa Delmondes & Dias, que deveria ter dado curso de treinamento à Guarda Municipal.

### Parquímetros

Acatando argumentos do Ministério Público, a 4ª Vara Cível de Ponta Grossa suspendeu, liminarmente, licitação realizada pela Autarquia Municipal de Trânsito daquela cidade, com o objetivo de contratar empresa para implantar e parquímetros no município. Em ação civil pública, o MP apontou "indícios de ilegalidades no procedimento licitatório por ofensa ao princípio da ampla publicidade e da isonomia". A vencedora do pregão, realizado em 10 de agosto, foi a empresa Tecnopark Soluções LTDA. O valor do contrato para a instalação dos parquímetros estava estipulado em R\$ 3,5 milhões.

23 AGO 2011

# FOLHA DE LONDRINA

FOLHA *Cidadania* FOLHA *Cidadania* FOLHA *Cidadania*

23/8/2011

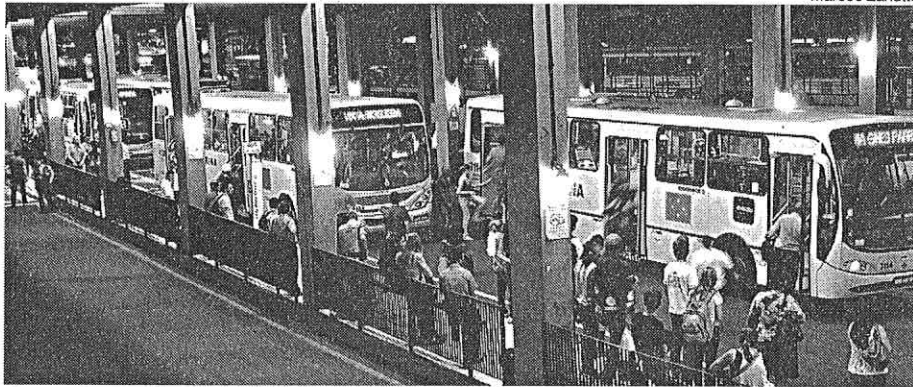
FOLHA Política

E-mail: folhacidania@folhadelondrina.com.br  
Fone: (43) 3374-2109 - Fax (43) 3374-2163

## DIREITO DO CONSUMIDOR

# Justiça manda Londrina baixar tarifa de ônibus

Marcos Zanutto



A 5ª Câmara do Tribunal de Justiça do Paraná acatou recurso da Promotoria de Defesa do Consumidor de Londrina e considerou nulo **decreto 29/2010**, assinado pelo prefeito Barbosa Neto (PDT), que em janeiro de 2010 aumentou de R\$ 2,10 para R\$ 2,25 a tarifa do transporte coletivo em Londrina. Na decisão de mérito, os **desembargadores** também condenaram a Prefeitura e a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) a ressarcir aos usuários os valores pagos pela tarifa razão de um incentivo de R\$ 600 mil mensais proposto pelo Executivo e aprovado pelos vereadores. Sem o aporte, o valor teria ido para R\$ 2,35.

No recurso de apelação – já que a Justiça de Londrina por meio do juiz Aurênio José Arantes de Moura, da 9ª Vara Cível, concedeu sentença favorável ao

município – o promotor Miguel Jorge Sogaia argumentou que o município autorizou reajuste tarifário em um período inferior a 12 meses – o último aumento havia ocorrido em agosto de 2009. Duas leis federais (9.069/95 e 10.192/2001) estabelecem a periodicidade mínima de um ano para reajuste de tarifas públicas.

Em Londrina, o juiz Aurênio Moura entendeu que o reajuste das tarifas de ônibus é de interesse local e, por isso, não seriam afetadas pelas leis federais. No entanto, para o relator do processo, o juiz substituto de 2º grau, Rogério Ribas, entendeu que embora o transporte público esteja regulado pelo contrato entre o município e as empresas, pesa mais neste caso a relação de consumo entre os passageiros e os prestadores do serviço.

● *É uma ordem emanada de uma autoridade superior ou órgão (civil, militar, leigo ou eclesiástico) que determina o cumprimento de uma resolução*

● São juízes dos Tribunais de Justiça



23 AGO 2011

# FOLHA DE LONDRINA

FOLHA *Cidadania* FOLHA *Cidadania* FOLHA *Cidadania*

23/8/2011

FOLHA Geral

E-mail: folhacidadania@folhadelondrina.com.br  
Fone: (43) 3374-2109 - Fax (43) 3374-2163

## SEGURANÇA AMEAÇADA

# Paraná tem mais de 6 mil condenados foragidos

Dados do Sistema Penitenciário apontam que 5,4 mil condenados que não estão cumprindo pena no Paraná. A estatística mais recente da população carcerária do Estado (feita em 2009) aponta para um total de 2,4 mil pessoas detidas no regime semiaberto. No caso do regime fechado, o número de condenados considerados foragidos é menos preocupante: 1,3 mil, para uma população carcerária de 11,7 mil pessoas.

O alto número de mandados não cumpridos no Estado reflete a dificuldade encontrada pela polícia de localizar e fazer a captura dos foragidos. Entre as causas desta dificuldade, na opinião do advogado criminalista e presidente do Conselho Penitenciário do Paraná, Dálio Zippin Filho, está a falta de investimentos no aparelhamento da polícia.

A principal explicação para tantos **mandados** em



Arquivo Folha

aberto, segundo a própria Polícia Civil, está na falta de efetivo. A **assessoria de imprensa** do órgão informa que o número de presos nas delegacias, sob responsabilidade de policiais civis, atualmente é de aproximadamente 15 mil, o mesmo contingente de detidos nos presídios paranaenses. O número de agentes penitenciários no Estado também assemelha-se ao de policiais

civis – 3,5 mil.

A esperança é que o problema seja amenizado com a contratação em regime de urgência de 670 policiais aprovados para o cargo de investigador no último concurso da Polícia Civil, promovido no ano passado, e realização de concurso para preenchimento de 40 vagas de delegados. A medida foi anunciada pelo governo estadual na última semana.

● São ordens emitidas por juiz que devem ser cumpridas: há mandados de prisão, de intimação, entre outros

● Sua principal tarefa é tratar da gestão do relacionamento entre uma pessoa física, entidade, empresa ou órgão público e a imprensa

Aos 7 anos, uma garota foi retirada da escola para ficar em casa cuidando do irmão caçula, um bebê de menos de 2 anos. Outra menina, esta de 5 anos, levou mordidas da própria mãe e foi espancada porque não dobrou as roupas que já havia lavado e recolhido do varal. Estes são apenas alguns dos casos mais recentes ocorridos em Londrina – e que chegaram até as autoridades – de exploração de crianças dentro de casa. Elas são as tristes protagonistas de um costume cruel e secular, que quase sempre vem acompanhado das mais diversas formas de violência.

Como quase sempre acontece sob a camuflagem da rotina familiar, praticamente não há estatísticas do número de crianças e **adolescentes** que são responsabilizados pelo excesso de tarefas domésticas. Um dos poucos retratos desta realidade de difícil mapeamento foi feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2006, por meio do estudo denominado Aspectos Comple-

## EXPLORAÇÃO

# Infância perdida para o trabalho doméstico

Saulo Ohara



mentares de Educação, Afazeres Domésticos e Trabalho Infantil, um suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). De lá para cá, nenhum outro trabalho tão completo foi realizado na área.

A pesquisa mostrou que, naquele ano, quase metade (49,4%) das crianças e adolescentes realizava **afazeres domésticos**, o que correspondia a um contingente

de 22,1 milhões de pessoas. Os dados mostram ainda que as atividades dentro de casa eram destinadas com maior frequência e intensidade às meninas. Na faixa etária de 5 a 17 anos, enquanto pouco mais de um terço (36,5%) dos homens cuidavam dos afazeres domésticos, no caso das mulheres a proporção era de 62,6% – situação que se repetia em todas as faixas etárias.

● *Refere-se à adolescência, fase do desenvolvimento humano que marca a transição entre a infância e a idade adulta*

● *Especialistas afirmam que impor precocemente responsabilidades às crianças pode provocar estresse na fase adulta*

FOLHA DE LONDRINA

PREVENÇÃO 20 AGO 2011

# Juízes do Paraná terão reforço na segurança

Cerca de 30 magistrados estariam ameaçados no Estado, o maior número de casos do País, segundo o CNJ. Tribunal de Justiça anunciou investimentos de cerca de R\$ 300 mil para a compra de automóveis blindados e coletes à prova de balas e estuda criação de Batalhão Judiciário.

20 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

# Juízes do Paraná terão carros blindados

Investimento de R\$ 300 mil anunciado ontem pelo TJ pretende garantir segurança aos magistrados sob ameaça

**Curitiba** - O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), desembargador Miguel Kfoury Neto, anunciou ontem investimentos de cerca de R\$ 300 mil na compra de automóveis blindados e de coletes à prova de balas para os juízes ameaçados por criminosos no Estado. Em todo o Brasil, 87 magistrados estão sob ameaça de morte, segundo um levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ainda, de acordo com o CNJ, o Paraná seria o estado com o maior número de casos e 30 juízes e desembargadores estariam sob ameaça. O assassinato da juíza Patrícia Acioli no último dia 12, no Rio de Janeiro, escancarou o problema da falta de garantia de segurança aos magistrados.

No Paraná, estão em estudo ainda a criação do Batalhão Judiciário e o monitoramento à distância dos fóruns para garantir a segurança dos magistrados. Esta semana, o presidente do TJ-PR conversou com o governador Beto Richa (PSDB) sobre a criação do Batalhão Judiciário, considerado uma possível solução para garantir a segurança nos fóruns. Segundo Kfoury Neto, o governador se mostrou disposto a incluir a iniciativa no programa Paraná Seguro. Atualmente, há seis casos de ameaças aos juízes sendo monitorados.

Não há juízes com escolta no Estado, pois nenhum deles a solicitou. A compra de coletes à prova de balas deve ser feita ainda este mês. Serão comprados 12 coletes, seis masculinos e seis femininos.

## Suspeito preso

A Polícia Militar do Rio confirmou ontem que prendeu um suspeito de envolvimento no assassinato da juíza Patrícia Acioli, morta na semana passada quando chegava em sua casa em Niterói, na região metropolitana do Rio. A Polícia Civil, no entanto, afirma que Alex Sandro da Costa Silva, o Alex Orelhinha, não está na lista de suspeitos. Apontado como chefe do tráfico de drogas no morro Menino de Deus, em São Gonçalo, cidade onde a juíza atuava, Silva foi preso pela PM na sexta-feira da semana passada - um dia após a morte de Acioli. A PM afirma que o traficante seria um dos suspeitos de participar do crime. Policiais militares do 7º Batalhão de São Gonçalo afirmaram que o preso é semelhante a um suspeito que foi visto três dias antes do assassinato nas proximidades da casa dela.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ECONOMIA PROCESSUAL 23 AGO 2011

## Juiz não precisa juntar cópia de sentença em decisão

TJ acatou o pedido, por entender ter havido vício de procedimento

O juiz não precisa juntar cópias de sentenças anteriores para proferir decisão no mesmo sentido se já houve transcrição do seu conteúdo para justificar o julgamento antecipado sem citação do réu. Para a 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, a exigência vai contra os princípios da celeridade e da economia processual que baseiam a lei que permite esse tipo de julgamento.

O entendimento foi firmado no julgamento de recurso do estado de Minas Gerais contra a extinta Caixa Econômica de Minas Gerais (Minascaixa). O caso começou quando uma cliente entrou com ação de cobrança contra o estado, sucessor da dívida da Minascaixa. A autora reclamava de expurgos inflacionários em depósitos de caderneta de poupança.

Em primeira instância, o juiz negou o pedido, com base na possibilidade prevista no artigo 285-A do Código de Processo Civil. O texto diz que “quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada”.

A autora foi ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais para anular

a sentença. O TJ acatou o pedido, por entender ter havido vício de procedimento. Para o TJ-MG, o artigo 285-A do CPC exige, implicitamente, não apenas que o juiz transcreva a sentença que serviu de paradigma para o seu entendimento, mas também providencie a juntada de cópia dessas sentenças para que se verifique a alegada coincidência.

Foi então a vez do estado de Minas Gerais recorrer ao STJ. Alegou que o juiz, ao decidir antecipadamente, sem citar o réu, de acordo com o artigo 285-A do CPC, não precisa exibir cópia de outras sentenças proferidas no mesmo sentido. Além disso, o governo mineiro afirmou que, ao decidir pela anulação da decisão da primeira instância, o TJ de Minas violou o artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, que trata da duração razoável do processo.

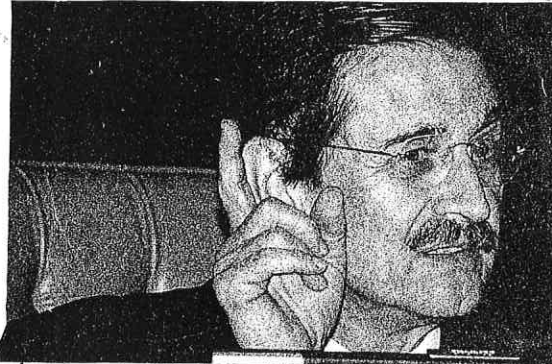
Para o relator do caso no STJ, ministro Sidnei Beneti, o entendimento do TJ mineiro “evidencia desconfiança injustificada quanto à honestidade argumentativa da argumentação do magistrado sentenciante”.

Segundo ele, isso configura, sem dúvida, “desprestígio grosseiro” à estabilidade jurídica da primeira instância e à confiabilidade dos juízes.

23 AGO 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Peluso explica vantagens da execução antecipada



Peluso citou o estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Ipea, do Ministério do Planejamento

Toda mudança importante na vida de um país assusta quando é sugerida e é objeto de crítica. A Emenda Constitucional 45, que trouxe a súmula vinculante e a Repercussão Geral, foi criticada com a mesma intensidade e pelas mesmas pessoas que hoje se opõem à antecipação da execução na segunda instância — a chamada PEC dos Recursos, que poderá reduzir em 2/3 a demora para a solução dos conflitos judiciais.

É com esse argumento que o presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional da Justiça, Cezar Peluso, explica a resistência dos advogados à sua ousada ideia — à qual ele consagrou sua gestão e que já se encontra no Congresso, sob a entusiasmada relatoria do senador Aloysio Nunes Ferreira.

Em palestra feita na Escola Paulista da Magistratura, na última sexta-feira (19/8), Peluso respondeu as objeções que são feitas à Proposta de Emenda Constitucional — como a de que a inovação anula garantias fundamentais e direitos individuais e a de que revoga a presunção de inocência, entre outras. Apresentou estatísticas e estudos para mostrar que o excesso de vias de acesso (agravos, embargos, etc) é nocivo e inútil. São 37 tipos, informou ele.

Disse que essa questão deve ser examinada do ponto de vista do país, da população e não das corporações profissionais. “Desafio qualquer advogado a indicar cinco Recursos Extraordinários em que conseguiu absolver seu cliente”, disse ele, referindo-se à área criminal.

O ministro invocou a recomendação do colegiado de cortes constitucionais (Comissão de Veneza) de que os processos judiciais resolvam-se em apenas dois graus de jurisdição — ou três, em casos excepcionais. Citou Portugal e Itália como dois países em que existem recursos contra decisões transitadas em julgado e assegurou: “Nenhum país do mundo tem quatro instâncias”.

Antes de expor a funcionalidade da proposta, o ministro fez um diagnóstico da situação: Em suas palavras: “O sistema atual é ineficiente, extremamente danoso para a sociedade, penoso para o réu e não responde às necessidades do país”. Peluso citou o estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Ipea, do Ministério do Planejamento, onde se apurou que os conselhos profissionais (autarquias como OAB, Ordem dos Músicos e conselhos diversos como os de Engenharia e Medicina),

23 AGO 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

# Não incide INSS sobre os primeiros 15 dias do auxílio-doença

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região decidiu que não deve haver contribuição previdenciária sobre as verbas pagas na primeira quinzena de afastamento do trabalho por doença. Para o colegiado, esse dinheiro deve ser encarado como indenização, e não salário, o que afasta a obrigação de pagamento da contribuição.

O relator, desembargador Johomson di Salvo, concluiu, entretanto, que a contribuição deve incidir sobre o auxílio materni-

dade e o aviso prévio indenizado. Cabe recurso.

A decisão veio no caso de uma empresa que pede para ser recompensada pelo pagamento da contribuição a funcionários afastados por doença. A companhia, uma prestadora de serviços de limpeza e conservação chamada Osesp, pedia o reconhecimento de que não incide contribuição sobre salário-maternidade, aviso prévio indenizado, férias, adicional de 13º, auxílio-doença e férias não gozadas e indenizadas. A empresa,

representada pelo advogado Thiago Taborda Simões, pede que a União a restitua em R\$ 35 mil.

O relator do caso, desembargador Johomson di Salvo, decidiu monocraticamente, mas com caráter de acórdão. Isso porque ele se baseou no artigo 557 do Código de Processo Civil. O dispositivo diz que, quando há extensa e consolidada jurisprudência sobre uma matéria, o desembargador relator pode decidir sem convocar o colegiado, mas seu voto terá efeito de acórdão.

## Relevância social orienta avaliação de contratos

A apreciação valorativa de um inadimplemento contratual deve levar em conta a análise global do pacto, como suas cláusulas, o comportamento das partes durante todo o contrato e o quanto já foi cumprido. A conclusão é do ministro Luis Felipe Salomão, da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar recurso movido por empresa de leasing em demanda com um cliente.

O cliente pactuou com a empresa um contrato de arrendamento mercantil para aquisição de veículo e chegou a pagar 31 das 36 parcelas acertadas. A instituição financeira entrou com pedido de reintegração de posse, mas a 5ª Vara Cível de Porto Alegre negou o pedido. O juiz considerou que, como houve o adiantamento do valor residual garantido, descaracterizou-se o leasing.

O TJ-RS, ao julgar apelação da empresa, considerou que a reintegração de posse representaria "lesão desproporcional" ao consumidor, depois de tudo o que foi pago, e aplicou a teoria do adimplemento substancial.

A empresa recorreu ao STJ,

alegando que, nos termos da Lei 6.099/74, que regulamenta o arrendamento mercantil, a ação de reintegração de posse seria procedente, pois o devedor se acha em mora. Segundo a empresa, a decisão do TJ-RS teria desrespeitado o artigo 51 do Código de Defesa do Consumidor e também os artigos 422, 394 e 475 do Código Civil – esses últimos se referem ao cumprimento de cláusulas contratuais e à resolução do contrato em caso de inadimplemento.

Para o ministro Luis Felipe Salomão, o direito à extinção do contrato a pedido do credor deve ser reconhecido com cautela. Ele apontou que o contrato hoje é prática social de especial importância e, conseqüentemente, o Estado não pode relegá-lo à esfera das deliberações particulares.

"A insuficiência obrigacional poderá ser relativizada com vistas à preservação da relevância social do contrato e da boa-fé, desde que a resolução do contrato não responda satisfatoriamente a esses princípios", ponderou o ministro relator.

23 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

# PMs participaram da execução de juíza no Rio

Perícia indica que a munição usada no assassinato de Patrícia Acioli veio do paiol da corporação; suspeitas recaem sobre batalhão de São Gonçalo

O comandante da Polícia Militar do Rio, coronel Mário Sérgio Duarte, admitiu a participação de PMs na execução da juíza Patrícia Acioli, no dia 12, depois que exames da Divisão de Homicídios revelaram que pertencem ao paiol da corporação os projéteis que mataram a magistrada. A Corregedoria da corporação vai apurar o desvio da munição para pistola calibre .40, uma das armas utilizadas no assassinato.

O coronel disse que “trabalhava com a possibilidade” de envolvimento de policiais desde o dia do crime e apontou que houve a participação de PMs “no mínimo em alguma fase, da execução até a preparação” do assassinato. A suspeita do envolvimento de policiais na execução começou quando os peritos da Divisão de Homicídios (DH) encontraram no local do crime dois estojos de munição deflagrada de pistola .40, arma que é usada por 5 mil policiais da corporação.

Em seguida, exame no laboratório de perícia revelou, pela marca impressa a laser nesses estojos, que a munição pertencia a um lote de 10 mil projéteis vendido pela Companhia Brasileira de Cartuchos à PM. Registros da Secretaria de Segurança apontam que a munição foi distribuída para três batalhões, incluindo o 7.º (São Gonçalo), onde trabalhava a maioria dos 60 policiais condenados pela magistrada. Também foram abastecidos os batalhões de Niterói e Itaboraí.

Desde a Lei 10.826/2003, toda munição fabricada no País tem a identificação do lote e do adquirente nos projéteis. No Rio, 80% dos homicídios são praticados com munição identificada, o que facilita o rastreamento. A outra arma utilizada no assassinato da juíza foi uma pistola calibre 45, de uso exclusivo das Forças Armadas. Estojos da munição dessa arma também foram recolhidos pela perícia.

**Descontrole.** A falta de controle da PM sobre a munição retirada dos batalhões pelos policiais impede a identificação imediata dos PMs que estariam envolvidos no crime. No entanto, as investigações estão avançadas e concentradas em um grupo de policiais que integravam o 7.º BPM e também pertenciam a grupos criminosos em São Gonçalo.

**CONTINUA**



# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

**Mike Acioli Chagas,**  
filho da magistrada

### 'Eu deixei de acreditar na Justiça'

O assassinato de Patrícia Acioli foi um golpe contra as aspirações de Mike Acioli Chagas, de 20 anos, filho da juíza. Aluno de Direito na UFRJ, não sabe se terá forças para seguir os passos da mãe.

● **O envolvimento de policiais na morte foi uma resposta à atuação da sua mãe?** Quiseram tirá-la do serviço porque estava fazendo o que era o certo. Ela investigava policiais, milicianos, qualquer um que fosse contra a sociedade. Minha mãe nunca teve medo de nada. E por isso era o nosso orgulho.

● **O crime muda sua maneira de encarar o Direito?** Eu deixei de acreditar na Justiça. Esse crime é um fardo que eu vou carregar para o resto da minha vida. Não sei se terei capacidade de voltar ao Direito, mas acho que isso deve servir para abrir os olhos dos estudantes. É preciso ver que ainda é necessário mudar muita coisa dentro das instituições.

● **Foi tomada alguma providência para garantir a segurança da família?** Ninguém se pronunciou sobre garantias de segurança para mim ou para a família, mas agora é tarde. Machuca um pouco ter de ficar escutando besteiras sobre as ameaças que ela recebia ou sobre os pedidos de escolta.

● **Dez dias após o crime, já é possível lidar com essa dor?** A ferida ainda é recente. Vamos administrando como dá, mas está sendo muito doloroso

23 AGO 2011

### Após duas análises, TJ não encontrou motivo para escolta

● Dois processos administrativos encerrados pelo Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) em 2009 e em 2011, a que o Estado teve acesso, concluíram que não havia "nenhum fato digno de registro com relação a ameaça" contra Patrícia Acioli.

Segundo o desembargador Luiz Zveiter, presidente do TJ-RJ entre fevereiro de 2009 e janeiro de 2011, Patrícia enviou relatórios sobre as ameaças, mas não solicitou escolta e não se manifestou após a decisão da instituição. "Todas as informações foram apuradas e verificou-se que nenhuma delas tinha fundamento. Não havia necessidade de conceder ou reforçar a segurança."

"Ela não está morta?", rebateu o advogado da família de Patrícia, Tércio Lins e Silva. "Ela corria riscos. Se uma pessoa diz que foi ameaçada, o Estado tem obrigação de garantir sua segurança. Não é necessário pedir." / B.B.

23 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

# Justiça limita a 10% multa para quem precisar trocar data de passagem aérea

A multa para quem precisar cancelar ou remarcar viagem aérea já comprada não poderá exceder 10% do valor da tarifa, de acordo com decisão da Justiça Federal. O limite vale para as companhias TAM, Gol, Cruiser, TAF e Total, que são réus em uma ação proposta pelo Ministério Público Federal no Pará. Um levantamento do MPF mostra que as empresas cobram até 80% do valor das passagens por esses serviços.

Caso a mudança de data ocorra até 15 dias antes do embarque, a tarifa extra fica restrita a 5%. A decisão começa a valer assim que for publicada no *Diário Oficial* da União. As empresas aéreas ainda podem recorrer.

A decisão da Justiça também determina que as companhias devolvam aos consumidores os valores cobrados além desses limites em todos os casos ocorridos desde 5 de setembro de 2002. Se não cumprirem essas decisões, terão de pagar R\$ 500 para cada negociação irregular.

“Para o consumidor, não será nem preciso entrar com uma ação nova. Basta se habilitar na ação já existente e requerer o que lhe é de direito”, explica o procurador da República no Pará Bruno Soares Valente, responsável pelo caso. “O limite de 10% já é previsto em lei, mas nunca foi cumprido. As empresas também serão obrigadas a oferecer tais informações nos seus balcões de venda.”

A Justiça determinou ainda que as empresas paguem indenização por danos morais coletivos equivalentes a 20% dos valores cobrados ilegalmente. A indenização vai para um fundo de defesa dos consumidores.

Em 2009, por recomendação do MPF no Pará, a TAM já havia passado a oferecer serviços de reembolso e remarcação de passagens em seu site.

**Fiscalização.** Pela sentença, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) fica obrigada a fiscalizar o cumprimento das medidas. O plano para essa ação deve ser apresentado em até 120 dias, depois que os prazos de recursos contra a decisão judicial forem esgotados. Se o plano não for apresentado, funcionários da Anac ficarão sujeitos a multas de até R\$ 2 mil por dia.

No relatório do Ministério Público, o juiz federal Daniel Guerra Alves alega que a Anac “vem sendo omissa quanto ao dever de fiscalizar a cobrança dessas taxas”. Nos autos, a agência contesta a decisão e defende a liberdade tarifária das companhias, afirmando que eventuais casos de cobrança ilícita são “de responsabilidade exclusiva das empresas que comercializam o transporte”.

Órgãos de defesa do consumidor entendem que se o passageiro perde um voo por motivo de força maior, tem o direito de remarcar a passagem ou cancelar o serviço sem ônus. Mas a qualificação de força maior ainda é uma problema. A moradora de São Paulo Janete Maria Zucchi Lopes, por exemplo, relatou à coluna *São Paulo Reclama* que teve de pagar 10% por remarcar uma passagem para Bariloche em julho, no meio da crise do Vulcão Puyehue. A TAM alegou que os voos adquiridos não sofreram alteração.

23 AGO 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### **OAB pede veto a doações eleitorais de empresas**

● A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) decidiu ontem pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) que proíba empresas de fazerem doações para campanhas eleitorais. A entidade quer que o STF declare inconstitucionais dispositivos da legislação eleitoral que autorizam esse tipo de doação.

De acordo com a OAB, as contribuições financeiras por empresas são uma forma de incentivo à corrupção, ao tráfico de influência e à supremacia do poder econômico sobre o político.

“Procuramos com este ato dar uma pancada forte na corrupção, atacando esse comprometimento, essa promiscuidade entre empresas e candidatos já a partir das campanhas eleitorais”, afirmou o presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante. “A experiência dos últimos anos tem mostrado diuturnamente que grande parte do dinheiro investido nas campanhas é depois subtraído dos cofres públicos.”

No Supremo, a OAB vai defender que as legislações que permitem o financiamento por empresas violam artigos da Constituição que estabelecem os princípios democrático, republicano, da igualdade e da proporcionalidade. Pessoas jurídicas podem fazer doações, mas ficam restritas a 2% do faturamento bruto do ano anterior à eleição.

23 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

# Justiça suspende criação de cargos no governo gaúcho

Tarso Genro criou centenas de vagas na máquina estadual que poderiam ser preenchidas sem realização de concurso

**Desembargadores concluem que Estado não detalhou funções que seriam assumidas por novos funcionários**

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul mandou o governador Tarso Genro (PT) suspender a criação de 155 cargos comissionados que haviam sido instituídos neste ano na administração do Estado e que seriam preenchidos sem concurso público.

Os desembargadores consideraram que as novas vagas criadas não são de chefia ou assessoramento e que o Estado não descreveu detalhadamente quais seriam as funções desses funcionários.

A Justiça atendeu pedido da bancada do PMDB, que acusa o governo petista de aparelhamento da máquina.

Desde sua posse, em janeiro, Tarso criou pelo menos 334 novos cargos de preenchimento sem concurso.

O desembargador Arminio José Lima da Rosa afirmou que o governo deve ocupar os cargos mediante concurso público, observando princípios de "igualdade e acessibilidade", que não estavam sendo seguidos na gestão.

As vagas que devem ser eliminadas incluem postos na TV Pública do Estado e postos de 28 servidores que assumiram funções de "coordenador regional de participação popular", criadas para promover um projeto de orçamento participativo.

Em junho, um deputado estadual do PTB disse em entrevista a uma rádio que cada deputado do partido, por ser da base de apoio ao governo, tinha direito a indicar comissionados no Estado que somassem R\$ 80 mil mensais em salários. O PT negou.

O secretário da Casa Civil do Estado, Carlos Pestana, disse que todos as posições criadas eram de direção ou assessoramento.

Pestana afirmou que a extinção das vagas na Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento vai inviabilizar esse órgão.

O governo petista vai esperar a publicação do acórdão com a decisão judicial para analisar que medidas tomar. Segundo o secretário da Casa Civil, 140 cargos de preenchimento sem concurso criados em gestões anteriores foram eliminados neste ano.

Pestana negou que haja aparelhamento no Estado e disse que as novas vagas na administração provocaram aumento de apenas 0,14% da folha de pagamento.

23 AGO 2011  
FOLHA DE S. PAULO  
**Perícia analisa  
se munição  
que matou  
juíza era da PM**

Fabricante passou numeração dos projéteis vendidos para as polícias do Rio

**Cartuchos têm número de série; corporação terá de informar para quais batalhões foi enviado o material**

O Instituto de Criminalística Carlos Éboli analisam se as cápsulas recolhidas no local onde a juíza Patrícia Acioli foi assassinada, no dia 11, foram adquiridas pela Polícia Militar do Rio em 2009.

Na semana passada, por policiais da Delegacia de Homicídios fizeram uma consulta à CBC (Companhia Brasileira de Cartuchos), fornecedora da munição às polícias Civil e Militar do Rio.

Uma técnica desenvolvida pela CBC possibilita que a munição seja rastreada. Todo projétil vendido para órgão público tem em sua cápsula um número que permite descobrir a caixa em que estava e para quem foi vendida.

A empresa já enviou resposta à polícia. No documento consta a numeração de toda a munição vendida à Polícia Militar há dois anos.

Se o número for o mesmo dos cartuchos, vai confirmar a suspeita dos investigadores de que a munição usada na morte da juíza saiu da corporação. Patrícia foi morta com 21 tiros quando chegava em sua casa, em Niterói.

**SUSPEITAS**

Caso seja confirmado que a munição foi vendida para a PM, a corporação terá de informar para onde foi o material — as balas podem ter ido para diferentes batalhões.

Ontem, o jornal "O Dia" publicou reportagem afirmando que a munição recolhida no local do crime é da PM. No entanto, o comandante da corporação, coronel Mário Sérgio Duarte, disse que ainda não recebeu qualquer solicitação da Polícia Civil sobre o assunto.

"Trabalhamos desde o primeiro momento com a hipótese de participação de PMs neste crime", afirmou.

Segundo ele, se a informação for confirmada ainda será preciso verificar se policiais atiraram na juíza ou se desviaram a munição da PM.

O secretário de Segurança Pública do Rio, José Mariano Beltrame, disse que "não fala sobre investigação em andamento".

A CBC afirmou que, como a investigação ainda não foi concluída, a "empresa não irá se pronunciar".

**Desembargador nega ter recebido pedido de escolta**

O desembargador Luiz Zveiter, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Rio, afirmou que a juíza Patrícia Acioli não solicitou escolta. Ele diz que ela apenas encaminhou informe sobre suposta ameaça.

"Todas as medidas nós fizemos, [que foi] apurar as denúncias", disse.

Ele disse que houve outros três casos de ameaças contra a juíza entre 2009 e 2010, mas o tribunal não viu necessidade de medidas de segurança.

# FOLHA DE S. PAULO

## Justiça multa empresa de Cuiabá que escondia empregado no mato

Prática era usada para escapar da fiscalização; empresa recorre

A Justiça do Trabalho condenou uma empresa de Cuiabá a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um ex-funcionário que era obrigado a se esconder em um matagal em fiscalizações do Ministério do Trabalho.

A sentença reconheceu ainda o vínculo trabalhista de Sebastião Peixoto Pulfírio com o Moinho Régio Alimentos, no qual trabalhou — sem carteira assinada — de outubro de 2009 a julho de 2010.

“Como a empresa não registrava os empregados, sempre que recebia a fiscalização do Ministério do Trabalho mandava os empregados esconderem-se num mato próximo”, disse a assessoria do TRT, em nota.

Na ação, Pulfírio relatou que foi contratado como auxiliar de carga e descarga, com remuneração fixada em R\$ 0,70 por saco de cereal carregado. Em um mês, disse o ex-funcionário, era possível obter média de R\$ 3.000.

Além do não registro em carteira, o ex-funcionário queixou-se à Justiça da falta de equipamentos de proteção individual e da oferta de água imprópria aos trabalhadores.

Em sua defesa, a empresa negou que tenha havido ordens para que ele e outros contratados se escondessem da fiscalização.

A decisão é de primeira instância e cabe recurso. Procurada, a assessoria jurídica da empresa disse que recorreu e que não irá comentar o caso.

23 AGO 2011

# 23 AGO 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### Juiz cria teto de 10% para multa por remarcar voo

A Justiça Federal no Pará determinou que cinco companhias aéreas (TAM, Gol, Cruiser, TAF e Total) não podem cobrar mais de 10% do valor da passagem quando o consumidor pedir remarcação ou cancelamento do bilhete.

Caso o pedido de cancelamento ou remarcação ocorra 15 dias antes da viagem, a taxa máxima cobrada será de 5%.

A decisão, válida para todo o país, foi assinada em maio pelo juiz federal Daniel Guerra Alves, de Goiás. A medida passará a valer após publicação no "Diário Oficial" da União. Ainda cabe recurso.

As empresas foram procuradas no início da noite, mas até o fechamento desta edição não falaram.

A sentença é retroativa: as áreas terão de devolver valores cobrados além desses limites desde setembro de 2002.

23 AGO 2011

# FOLHA DE S. PAULO

## PSD tenta manobra para obter registro a tempo de eleição

Partido de Kassab tem que sair do papel até outubro ou ficará fora da disputa em 2012

DANIELA LIMA  
DE SÃO PAULO

Para sair do papel a tempo de disputar as eleições do ano que vem, o PSD, partido comandado pelo prefeito Gilberto Kassab, vai tentar uma manobra na Justiça Eleitoral.

Na tentativa de obter o registro até outubro, a sigla pedirá reconhecimento no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) antes de passar pelos tribunais regionais eleitorais.

O salto nas etapas para o registro contraria a resolução do próprio TSE que determina o procedimento para a criação de uma legenda.

A estratégia dos advogados do PSD é fazer o pedido com base em lei de 1995, e ignorar a resolução do TSE, publicada em 2010, que detalha o processo para criar uma nova legenda.

A resolução diz que, para obter o registro, a sigla preci-

sa, antes, ser aprovada em nove TREs e apresentar 492 mil assinaturas de apoio.

Até agora o PSD só conseguiu registro em Santa Catarina. E ciente de que não haverá tempo para cumprir a resolução, o partido decidiu apresentar as assinaturas diretamente ao TSE, sem ter registro nos Estados.

“A resolução inverteu o escopo para o registro”, argumenta o advogado do PSD, Admar Gonzaga, que entregará o pedido de registro ao TSE ainda esta semana.

DEM e PTB já preparam questionamentos à estratégia. Ontem, o PTB enviou uma manifestação ao presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, solicitando que ele “avalie tecnicamente” o pedido de registro.

Isso porque o prefeito esteve em Brasília na semana passada buscando apoio político à fundação do PSD.

## Liberdade de expressão é tema de debate na Câmara dos Deputados

DE BRASÍLIA - A liberdade de expressão será tema de debate hoje na Câmara.

Seus avanços e desafios na imprensa e na vida cotidiana dos cidadãos — neste caso, com ênfase no ambiente virtual — são os principais temas da 6ª Conferência Legislativa sobre o tema, que acontece das 9h às 12h30.

No primeiro painel, “Avanços e desafios da liberdade de expressão”, o palestrante será Eugênio Bucci, jornalista e

professor. Serão debatedores o jornalista da **Folha** Fernando Rodrigues, Ricardo Gandour, de “O Estado de S. Paulo”, e a deputada Manuela D’Ávila.

O segundo painel, “Desafios da liberdade de expressão na era da internet”, será apresentado pelo ex-deputado Fernando Gabeira. Participarão como debatedores Taís Gasparian, advogada da **Folha**, Alexandre Matias, de “O Estado de S. Paulo”, e Emmanuel Publio Dias, da ESPM.



23 AGO 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

**Derosso vai falar.**

**Mas só pra 'íntimos'**

Sessão pra responder sobre o dinheiro repassado à empresa da mulher será aberta apenas pra comissão de ética. Nem os outros vereadores poderão participar.

### tribuninhas

#### Ética barra vereadores na sessão secreta com Derosso

O Conselho de Ética da Câmara de Curitiba volta a ouvir, hoje, o vereador João Cláudio Derosso (PSDB), presidente do Legislativo municipal, sobre as denúncias de irregularidades nos contratos de publicidade da Casa, que teriam beneficiado a agência de sua esposa, Cláudia Queiroz Guedes. Desta vez em sessão fechada, o parlamentar deverá responder às questões formuladas pelos vereadores na última terça-feira, que ficaram sem resposta por Derosso considerar questões particulares, que não deveriam ser compartilhadas com a imprensa e o público que assistia à sessão.

Mas uma decisão do presidente do conselho, Francisco Garcez (PSDB) revoltou os vereadores que esperam respostas para seus questionamentos. Garcez decidiu restringir a sessão secreta somente aos cinco membros titulares do Conselho de Ética, barrando até os suplentes. "Fiz várias perguntas sobre contratos e contratados pela Casa e ele não me respondeu porque dizia ser questão particular. Ficou de me responder na sessão fechada, mas fui proibido de participar da sessão fechada. Então, vou ficar sem resposta, assim como todos os outros vereadores", disse o líder da oposição, Algaci Tulio (PMDB). Algaci e Josete revelaram que a bancada de oposição, já com apoio de vereadores da situação, está estudando protocolar em plenário pedido de afastamento de Derosso da presidência da Casa.

### Garantia

Por quatro votos a dois, o pleno do Tribunal Regional Eleitoral decidiu contra o pedido de cassação do mandato do deputado estadual Valdir Rossoni (PSDB), formulado pelo Ministério Público Eleitoral, que identificou supostas irregularidades na prestação de contas do presidente da Assembleia Legislativa.

# JORNAL DO ESTADO

STF

## OAB quer proibição de doações privadas

23 AGO 2011

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) decidiu ontem pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) que proíba empresas de fazerem doações para campanhas eleitorais. A entidade quer que o STF declare inconstitucionais dispositivos da legislação eleitoral que autorizam esse tipo de doação.

De acordo com a OAB, as contribuições financeiras por empresas são uma forma de incentivo à corrupção, ao tráfico de influência e à supremacia do poder econômico sobre o político. "Procuramos com este ato dar uma pancada forte na corrupção, atacando esse comprometimento, essa promiscuidade entre empresas e candidatos já a partir das campanhas eleitorais", afirmou o presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante.

"A experiência dos últimos anos tem mostrado diuturnamente que grande parte do dinheiro investido nas campanhas é depois subtraído dos cofres públicos", concluiu a OAB. Conforme a entidade, a consequência do aumento da influência do poder econômico nas campanhas é o agravamento da corrupção de governantes e legisladores.

No STF a OAB vai defender que as legislações que permitem o financiamento por empresas violam artigos da Constituição Federal que estabelecem os princípios democrático, republicano, da igualdade e da proporcionalidade. Pessoas físicas e jurídicas podem fazer doações a candidatos, partidos e comitês financeiros para as campanhas eleitorais. No entanto, essas doações têm limitações.

### EM BAIXA

O presidente do TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª região, Olindo Menezes, liberou o pagamento de comissões e gratificações, entre outras verbas, acima do teto salarial de R\$ 26,7 mil aos funcionários do **SENADO**. Menezes aceitou o recurso da Casa e suspendeu uma liminar que havia sido concedida em junho.

23 AGO 2011

## JORNAL DO ESTADO

### TRE rejeita pedido de cassação de Rossoni

Por 4 votos a 2, os juízes do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR), rejeitaram ontem pedido de cassação do mandato do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB). O pedido do Ministério Público Eleitoral apontava irregularidades na prestação de contas de campanha de Rossoni de 2010, alegando pagamento de R\$ 76 mil para várias despesas diferentes através dos chamados cheques "guarda-chuva".

O MPE alega que o uso de um mesmo cheque para pagar várias despesas seria irregular. Os promotores apontam que esses cheques seriam utilizados para sacar dinheiro na boca do caixa. Rossoni contesta, afirmando que as despesas foram comprovadas e que esse mesmo tipo de artifício é utilizado por vários políticos, sem contestação judicial.

O julgamento foi iniciado na semana passada. Na ocasião, o Luciano Carrasco antecipou o seu voto a favor da condenação do deputado. Já o relator, Fernando de Moraes, votou pela improcedência da ação. O julgamento acabou sendo adiado por um pedido de vistas do juiz Auracyr Azevedo de Moura Cordeiro.

Ontem, Auracyr votou com o relator, pela procedência da acusação. Já os juízes Rogério Luís Nielsen Kanayama, Andrea Sabbaga de Melo e Marcelo Malucelli votaram pela rejeição da acusação.

Segundo o MP, de um total de R\$ 528 mil arrecadados pelo tucano na campanha de 2010, R\$ 76 mil em gastos teriam sido feitos com dinheiro vivo. Os promotores alegam erros no preenchimento do Demonstrativo de Despesas e o uso de um único cheque para vários gastos. Rossoni admitiu que usou um cheque "guarda-chuva", mas alegou que isso não é ilegal. Segundo ele, foram "seis ou sete cheques", de valores que vão de R\$ 7 mil a até R\$ 15 mil.

# CNJ

## Segurança deve fazer parte das metas do Judiciário

22 AGO 2011



O Poder Judiciário deverá incluir, no programa de metas para 2012, um item específico sobre segurança, informou nesta segunda-feira (22/08) o secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), juiz Fernando Florido Marcondes, durante a divulgação do relatório de desempenho relativo ao primeiro semestre deste ano. Ele coordena uma comissão encarregada pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar

Peluso, de acompanhar as investigações do assassinato da juíza Patrícia Acioli, que atuava na vara criminal da comarca de São Gonçalo (RJ).

Segundo Marcondes, a possibilidade de se instituir uma meta específica do Judiciário para a segurança começou a ser discutida no ano passado, e ganhou força com o assassinato de Patrícia, no último dia 12. As metas do próximo ano serão definidas em novembro, durante a realização de nova edição do Encontro Nacional do Judiciário, mas uma comissão de conselheiros já foi formada para estudar e propor medidas para melhorar a segurança do Judiciário.

“A segurança não é só para a magistratura, mas para a população que vai ao fórum em busca de justiça”, explicou o secretário-geral do CNJ. O atentado que resultou na morte da juíza poderia ter acontecido dentro do fórum, comentou.

O secretário ressaltou que a necessidade de segurança é para todos os cidadãos. “Hoje é um juiz, amanhã pode ser um jornalista assassinado”, comentou ele, lembrando que a violência ameaça “o próprio estado de direito”.

Na semana passada, Fernando Marcondes visitou as instalações do Poder Judiciário em São Gonçalo, município próximo a Niterói, no Rio de Janeiro, onde trabalhava Patrícia Acioli, e concluiu que as instalações são inadequadas. O mesmo problema se repete na Justiça Federal.

# CNJ

## Comissão aprimorará segurança de magistrados de MS

22 AGO 2011

A Comissão Permanente de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul está em plena atividade. Criada por meio do Provimento nº 237, de 2 de agosto, a comissão é presidida pelo Desembargador Vladimir Abreu da Silva e composta por Carlos Alberto Garcete de Almeida, juiz auxiliar da vice-presidência, Albino Coimbra Neto, juiz da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande, Wilson Leite Correa, vice-presidente da Associação dos Magistrados de MS (AMAMSUL), além do ajudante de ordens do TJMS, Ten Cel Paulo Rogério de Carvalho Silva.

Como primeiro ato da comissão houve uma reunião estratégica em que foram definidas as linhas de ação: haverá a vertente normativa, responsável pela regulamentação das ações, e a vertente executiva, que efetivamente viabilizará a decisões tomadas pelos membros. Importante salientar que o juiz Carlos Alberto Garcete esteve em Maceió (AL), no dia 25 de julho, representando o Poder Judiciário de MS no Seminário Poder Judiciário e Segurança Pública e teve oportunidade de saber como a questão está sendo tratada nos outros tribunais brasileiros, já que o evento ofereceu uma oportunidade de debate sobre o cenário da segurança pública e a relação desta com a justiça brasileira.

“Discutiu-se temas importantíssimos, em que se visou a estratégia nacional de justiça e segurança pública na investigação de homicídios e a segurança institucional do Poder Judiciário, de acordo com as resoluções 104 e 124 do CNJ”, disse ele sobre o encontro, referindo-se à resolução do CNJ que dispõe sobre as medidas administrativas para a segurança e a criação de de Fundo Nacional de Segurança, em que está previsto que os tribunais adotarão medidas para reforçar a segurança das varas com competência criminal.

Assim, os componentes da comissão deliberaram que serão implantados em todos os Fóruns do Poder Judiciário melhores sistemas de segurança, começando pelo Tribunal de Justiça. "Na verdade, vamos sanar os poucos pontos vulneráveis ainda existentes em termos de segurança em todos os prédios da justiça sul-mato-grossense", salientou o juiz.

Em consequência da reunião, o presidente do Tribunal de Justiça já recebeu da comissão uma minuta de projeto com as principais propostas de trabalho como a disponibilização de veículos descaracterizados e pessoal treinado para agir em caso, por exemplo, de eventual ameaça a integrantes da magistratura de MS. "Os magistrados são protagonistas na atuação estatal no combate à criminalidade e devem ter, no mínimo, proteção para exercer suas funções", lembrou Garcete.

Em caso de aprovação, a assessoria militar do TJMS terá alteradas suas atribuições que, por motivo de segurança, não serão divulgadas. Pode-se, contudo, antecipar que terá pessoal de inteligência preparado com informações e meios que possibilitem prevenir, antecipar, orientar, monitorar situações que envolvam a segurança de magistrados. Os membros da comissão devem se reunir novamente em menos de um mês.

# CNJ 22 AGO 2011

## **TJDFT promove caminhada no Dia Mundial de Combate ao Fumo**

"TJDFT - com saúde, sem tabaco". Este é o tema da caminhada que a Secretaria de Saúde do TJDFT, por meio da Coordenadoria de Assistência Multidisciplinar - CAM promove no próximo sábado (27/08), no Parque da Cidade, em comemoração ao Dia Mundial de Combate ao Fumo. O evento faz parte do programa de qualidade de vida da Secretaria de Saúde do Tribunal e contará com a participação dos servidores da Polícia Civil e do Departamento da Imprensa Nacional.

Servidores, magistrados, dependentes e a população poderão participar gratuitamente do evento. Basta comparecer ao local, onde serão entregues as camisetas do evento. A concentração será ao lado da administração do Parque da Cidade, a partir das 8h. O início da caminhada será às 9h30, em sentido anti-horário, pela ciclovia. O percurso total é de 4 km.

A caminhada contará com o apoio do SAMU (que dará orientações de primeiros socorros), Oftalmed (que fará exame de pressão ocular) e CAESB (que fornecerá água) e dos patrocinadores: ASSEJUS e Instituto do Coração (que fará medição de pressão arterial). O evento também integra as comemorações de aniversário do SAMU.

# CNJ

## Justiça Federal na Paraíba realiza mutirão de audiências de conciliação entre mutuários do SFH e a Caixa

### 22 AGO 2011

A partir desta segunda-feira (22/08) e até a sexta (26/08), a Justiça Federal na Paraíba realizará um mutirão de audiências de conciliação entre mutuários do Sistema Financeiro de Habitação e a Empresa Gestora de Ativos (Emgea), com o aval da Caixa Econômica Federal. No total, serão cerca de 117 audiências de processos que tramitam nas 1ª, 2ª, 3ª e 7ª varas federais, que acontecerão nos dois turnos, a partir das 9h.

Segundo o juiz federal Bruno Teixeira de Paiva, coordenador do Núcleo de Conciliação da Paraíba, as audiências têm a finalidade de buscar uma solução consensual nos processos entre o órgão financeiro da casa própria e os seus mutuários. “Eles poderão sair das audiências com as questões judiciais resolvidas e com a certeza de que o problema da prestação da casa própria estará solucionado em definitivo”.

Para os representantes da Caixa nas negociações, leia-se Emgea, as audiências deverão conduzir as ações existentes junto ao SFH para um acordo, de forma mais ágil e menos onerosa, com a participação das próprias partes, resolvendo em definitivo a questão habitacional discutida em juízo. “A conciliação e o conseqüente encerramento desses processos trarão ganhos para todos os envolvidos no litígio: o mutuário, a Justiça e a Emgea”, enfatizou o representante da Emgea, José Carlos Clerot.

As audiências beneficiarão aproximadamente 117 proprietários de imóveis em João Pessoa, que foram convocados pela Emgea. A representação local da empresa destacou ainda que há uma grande disposição em negociar as dívidas desses mutuários, no sentido de resolver o problema em definitivo. “Por isso, é necessário o comparecimento dos convocados às audiências, porque será uma oportunidade única, com propostas bem atrativas”.

#### Serviço:

Evento: Audiências de conciliação entre mutuários e a Caixa

Data: De 22 a 26 de agosto

Hora: A partir das 9h

Local: Salão Nobre da Justiça Federal na Paraíba (subsolo)

Endereço: Rua João Teixeira de Carvalho, 480, Brisamar

# CONJUR

## Caixa responde por vícios em obras que financiou

22 AGO 2011

A Caixa Econômica Federal é parte legítima, ao lado da construtora, para responder por possíveis vícios na construção de imóveis para a população de baixa renda. A decisão é da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que julgou recurso em que Caixa se dizia parte ilegítima em processo movido por um mutuário de Santa Catarina.

De acordo com o STJ, a CEF é tão interessada quanto a construtora no caso. Além de liberar recursos, por meio do Sistema Financeiro de Habitação, o banco estatal também é responsável por fiscalizar as contas e colaborar na elaboração do projeto. Os requisitos da responsabilidade civil, no entanto, serão analisados pelo juiz da causa, quando ela for discutida em primeiro grau. Se for apurado que a Caixa não teve relação com o dano causado aos credores, o banco fica isento de indenizar.

O dano diz respeito a um financiamento para construção de imóvel popular no Conjunto Habitacional Ângelo Guolo, em Cocal do Sul (SC). Em julgamento na primeira instância, a Caixa foi excluída do pólo passivo do processo, mas o Tribunal Regional Federal da 4ª Região a reintegrou. O STJ, portanto, manteve o julgamento da segunda instância.

A relatoria do caso no STJ ficou nas mãos do ministro Luis Felipe Salomão. De acordo com ele, considerando o caráter social do empreendimento e as regras para financiamento de casa própria, a Caixa está vinculada à construtora perante o mutuário. Sua responsabilidade, entretanto, deve ser apurada no julgamento do caso.

Quando impetrou o recurso no STJ, a Caixa alegou não ter assinado nenhum contrato assumindo responsabilidades na construção. Por isso, segundo a estatal, apenas a empresa deveria responder. No entendimento de Salomão, nesses casos, financiamento e construção acabam se fundindo em um único negócio, o da casa própria. O agente financeiro deve, pois, fiscalizar o andamento e os gastos da obra — conforme disposto na lei de determinação dos órgãos reguladores, a Lei 4.380/64.

Para o ministro Salomão, o sistema de fiscalização e “sua consequente responsabilização” devem funcionar em prol do mutuário. “Se a instituição financeira escolheu mal a quem financiar ou não fiscalizou adequadamente a obra, é justo que o risco de surgimento de vícios na construção recaia sobre ela [a financiadora], não se mostrando razoável que o comprador arque sozinho com eventual prejuízo”, votou. Não foram informados o nome da construtora e nem o valor do financiamento. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*



# CONJUR 22 AGO 2011

## TJ paulista isenta réu pobre de pagar fiança

O desembargador Figueiredo Gonçalves, da 1ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu liminar em Habeas Corpus para que acusado de furto qualificado responda ao processo solto, sem a imposição de pagar fiança. O réu é pobre. Ele foi preso em flagrante sob a acusação de furtar de dois turistas de Piracicaba uma câmera fotográfica digital avaliada em R\$ 300 mil, na madrugada do último dia 24 de julho, na orla do Bairro Aviação, em Praia Grande, litoral paulista.

Acusados do mesmo crime, outro rapaz de 20 anos e dois adolescentes também foram detidos, sendo os adultos autuados em flagrante pelo delegado Douglas Borguez. Como o delito ocorreu em final de semana, a regularidade da prisão foi analisada pelo plantão judiciário da região.

O juiz plantonista Rodrigo Barbosa Sales considerou o flagrante formalmente em ordem, mas concedeu liberdade provisória a Raphael e ao seu comparsa adulto, desde que fosse paga fiança estipulada em dez salários mínimos (R\$ 5.450,00) para cada acusado.

Um deles pagou o valor arbitrado e lhe foi expedido alvará de soltura. O outro, sem possuir tal quantia, continuou preso, mas por meio dos advogados Armando de Mattos Júnior, Gabrie Salum Sant'Anna e Roberto Luiz Ferreira de Almeida requereu a liberdade provisória sem precisar pagar fiança.

No pedido dirigido ao juiz Vinicius de Toledo Piza Peluso, da 1ª Vara Criminal de Praia Grande, os defensores sustentaram que o cliente é primário, pobre, trabalha como auxiliar de serviços gerais em um condomínio e possui filho recém-nascido, que depende do trabalho do pai.

“Não nos parece que a intenção do legislador fora contemplar a classe mais abastada da sociedade com a possibilidade de pagamento de fiança em desfavor dos menos favorecidos”, enfatizou Mattos Júnior. Ele ainda salientou o compromisso do acusado em comparecer aos atos do processo.

O promotor Caio Adriano Lépore Santos, em 5 de agosto, denunciou os dois pela suposta prática de furto qualificado e se manifestou no sentido de a “fiança se mostrar necessária para assegurar o comparecimento a atos processuais e evitar a obstrução de seu andamento”.

O representante do Ministério Público, porém, opinou pela redução do valor da fiança pela metade (R\$ 2.725,00). Em 9 de agosto, o juiz indeferiu o pedido da defesa, sob o fundamento de que “permanecem intactas as razões técnico-jurídicas” que embasaram a fiança no patamar inicialmente fixado.

Com a negativa do magistrado, a defesa entrou com HC no TJ-SP e conseguiu liminar, no último dia 15, para que o jovem fosse solto sem a exigência de fiança. Em sua decisão, além da condição econômica do réu, o desembargador Figueiredo Gonçalves considerou outro aspecto.

**CONTINUA**

## **CONTINUAÇÃO CONJUR 22 AGO 2011**

“O delito tem pena mínima de curta duração e, na hipótese de condenação, haverá a possibilidade de a prisão processual superar a sanção determinada no processo. Assim, manter o acusado preso poderá resultar no cumprimento de toda eventual pena, antes mesmo da decisão final”, justificou.

Ainda conforme a liminar, o pagamento da fiança exigido para a concessão da liberdade provisória foi substituído pelas seguintes medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal: proibição de o réu se ausentar da comarca e seu recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga.

# CONJUR

## STJ mantém trancamento de ação acusadas de agressão

22 AGO 2011

Tapas, socos e empurrões nem sempre significam que o agressor tem a intenção de matar a vítima. A falta de dolo na conduta das agressoras da nova companheira do ex-marido da mãe levou a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça a manter decisão que trancou Ação Penal contra as duas pela suposta vontade de cometerem homicídio. O entendimento foi unânime.

O caso foi levado à corte pelo Ministério Público de Mato Grosso. De acordo com a denúncia, mãe e filha assumiram o risco de matar a nova companheira de seu ex-marido e pai. A mulher foi agredida quando estava internada em uma clínica de estética, já na cama, prestes a ser operada. Três funcionários do lugar impediram que as agressões seguissem adiante.

Na visão do Ministério Público, as acusadas “agiram com dolo direto e eventual, assumindo o risco de matar A. K, pois têm o conhecimento de seu estado patológico, que propicia a ocorrência de embolia pulmonar, assentindo e desejando o resultado morte”.

A ordem de trancamento da Ação Penal partiu do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que entendeu que faltava ao caso o dolo direto ou eventual de praticar o homicídio. A decisão do TJ-MT foi questionada no STJ.

O Ministério Público afirmou que, “ao contrário do que restou decidido pelo tribunal local, a denúncia traz de forma clara os indícios da autoria e certeza quanto à materialidade do delito atribuído às recorridas. A vítima sofre de uma doença grave e, conforme restou provado, as agressões poderiam tê-la levado a óbito. As recorridas, mesmo tendo o conhecimento acerca da doença da vítima, assumiram o risco, agredindo-a, caracterizando, portanto, o dolo eventual descrito na denúncia”.

Para a ministra Laurita Vaz, relatora do caso, a peça acusatória divergiu da intenção e vontade de lesionar demonstradas pelas denunciadas. “O Ministério Público Estadual ofertou denúncia contra as acusadas, imputando a conduta de tentativa de homicídio pelo fato de a vítima ser portadora de uma alteração genética denominada Fator V de Leiden, que pode ocasionar uma hipercoabilidade ou uma trombose”, observou.

Ou seja, de acordo com a relatora, não há como considerar típica a suposta tentativa de homicídio que foi imputada às acusadas, pela ausência de justa causa para a ação penal, o que não impede o Ministério Público de oferecer nova denúncia pelas condutas efetivamente praticadas. *Com informações da Assessoria de Comunicação do STJ.*

# PARANÁ ONLINE

## Justiça de SP ordena retirada de outdoor homofóbico

### 22 AGO 2011

A Justiça em Ribeirão Preto, no interior do estado de São Paulo, determinou, na última sexta-feira, a retirada de um outdoor considerado homofóbico. O outdoor continha três citações bíblicas, entre elas dava-se destaque ao trecho do livro de Levítico: "se também um homem se deitar com outro homem, como se fosse mulher, ambos praticaram coisa abominável...".

A medida foi tomada pela 6ª Vara Cível local, após ação civil pública da Defensoria Pública de São Paulo contra a Casa de Oração de Ribeirão Preto e a empresa Nóbile Painéis. A concessão da medida liminar ocorreu dois dias antes da realização da 7ª Parada do Orgulho LGBTT de Ribeirão Preto, ontem. O outdoor foi retirado no sábado.

De acordo com a decisão do Juiz Aleksander Coronado Braido da Silva, "a Constituição Federal protege a conduta do réu [Casa de Oração de Ribeirão Preto] de expor suas opiniões pessoais, mas, ao mesmo tempo, também protege a intimidade, honra e imagem das pessoas quando violadas". O magistrado levou em consideração a proximidade da realização da Parada LGBTT, determinando uma multa de R\$ 10 mil para cada ato de descumprimento.

Para os Defensores Públicos Victor Hugo, Victor Hugo Albernaz Junior e Aluísio Iunes Monti Ruggeri Ré, responsáveis pela ação, "expressões usadas, tais como praticam coisa abominável, paixões vergonhosas, relações vergonhosas, recebem em si mesmos o castigo que merecem por causa de seus erros, remetem os reais e atuais personagens desta mensagem a situação de inferiorização de suas pessoas, como se fossem de segunda categoria ou pior, degradando-os como seres humanos, desrespeitando-lhes a condição humana em que se inserem a partir de suas orientações sexuais e de suas identidades de gênero".